


M	 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
L. AGUIAR	LUCIANO VIEIRA DE AGUIAR
O PRECONCEITO RACIAL NA OBRA “UM RIO IMITA O RENO” UM PARALELO COM A ATUALIDADE	O PRECONCEITO RACIAL NA OBRA “UM RIO IMITA O RENO” UM PARALELO COM A ATUALIDADE
2013	Campo Grande/MS 2013

LUCIANO VIEIRA DE AGUIAR

O preconceito racial na obra “um rio imita o Reno”

um paralelo com a atualidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

Orientador: Prof. Dr. Lucilo Antonio Rodrigues

Campo Grande/MS
2013

A23p Aguiar, Luciano Vieira de

O preconceito racial na obra “um rio imita o Reno”: um paralelo com a atualidade/ Luciano Vieira de Aguiar. Campo Grande, MS: UEMS, 2013.

74p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2013.

Orientador: Prof. Dr Lucilo Antonio Rodrigues.

1.Preconceito racial 2. Identidade 3. Pertencimento I. Título.

CDD 20.ed. 20.ed. 305.8

LUCIANO VIEIRA DE AGUIAR

O preconceito racial na obra “um rio imita o Reno”

um paralelo com a atualidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucilo Antonio Rodrigues (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof^a. Dr^a. Márcia Maria de Medeiros
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Paulo Custódio de Oliveira
Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

Prof. Dr. Daniel Abrão - Suplente
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Campo Grande/MS, 09 de julho de 2013.

“Dedicado a todos aqueles que estão fugindo”

(Gabriele Salvatores, no filme *Mediterrâneo*)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Walmor e Juçara, pela educação e formação do meu caráter; à Teresa, pelo amor, compreensão e por sempre acreditar em minha capacidade de superação e transformação; à amiga Aline, pelo incentivo inicial que resultou em meu Mestrado; à prof^a Márcia Medeiros, por me mostrar um novo universo das culturas regionais, questões de identidade e pertencimento, além da oportuna indicação do livro analisado neste trabalho; por fim, e não menos importante, ao meu orientador Lucilo Antônio Rodrigues, pela excelente orientação e por saber respeitar as minhas ausências.

“Ainda que nós sejamos insignificantes demais para sermos porta-vozes de causa tão nobre, nós acreditamos, e essa jornada só tem servido para confirmar essa crença, que a divisão da América em nações instáveis e ilusórias é uma completa ficção. Somos uma raça mestiça com incontáveis similaridades etnográficas, desde o México até o Estreito de Magalhães. Assim, em uma tentativa de nos livrarmos de qualquer provincialismo imbecilizante, eu proponho um brinde (...) a uma América Unida”

(Ernesto Che Guevara, no diário *De Moto Pela América do Sul*)

RESUMO: O objetivo da presente dissertação é refletir, sob à luz dos conceitos de Bhabha, Hall, Cevalco, Bordini e Bauman o preconceito racial existente na obra “*Um Rio Imita o Reno*”, de Clodomir Vianna Moog. Não menos importante, analisar as questões relacionadas aos conceitos de identidade e pertencimento presentes na obra, bem como suas implicações no contexto do romance e conceituações do autor a respeito desses temas.

PALAVRAS-CHAVE: preconceito racial, identidade, pertencimento, multiculturalismo, entre-lugar

ABSTRACT: The subject of this dissertation is to reflect, in accordance with the concepts of Bhabha, Hall, Cevalco, Bordini e Bauman the racial prejudice exists in the work "*Um Rio Imita o Reno*", by Clodomir Vianna Moog. Not least, review issues related to the concepts of identity and belonging in this work, well as its implications in the context of the romance and conceptualizations of this author on these topics.

KEYWORDS: racial prejudice, identity, belonging, multiculturalism, between-place.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 A DIVERSIDADE CULTURAL, A PÓS-MODERNIDADE E AS QUESTÕES DE IDENTIDADE EM UM AMBIENTE MULTICULTURAL	15
1.2 A RESPEITO DAS CONSTRUÇÕES MULTICULTURAIS DA IGUALDADE E DA DIFERENÇA.....	19
2 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ	25
3 VIANNA MOOG E AS QUESTÕES ALEMÃS NA LITERATURA	41
3.1 CLODOMIR VIANNA MOOG.....	41
3.2 UM RIO IMITA O RENO: PROPOSTA DE ANÁLISE.....	44
3.3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS A RESPEITO DO ROMANCE.....	47
3.4 O ROMANCE.....	55
3.5 O PAPEL DO NARRADOR.....	64
4 CONCLUSÃO	68
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

Stuart Hall, em sua obra *A Identidade Cultural na pós-modernidade* propõe questionamentos a respeito das identidades culturais e mais especificamente das identidades nacionais. Analisa de que maneira essas identidades são afetadas em um período de globalização e de uma modernidade tardia. Sendo, para Hall, as culturas nacionais uma das principais formas de manifestação da identidade cultural no mundo moderno, o autor, mostra que, no entanto, elas são apresentadas de maneira metafórica: “Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes [...] pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2006 p. 47). Ao citar o pensamento do filósofo e antropólogo Ernest Gellner, Hall demonstra a importância da identificação nacional para a subjetividade do indivíduo:

A idéia de um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro, é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece, agora, como tal (GELLNER apud HALL, 2004, p. 48).

Hall quer, com isso, mostrar que as identidades são processos que se formam e se transformam na vida do indivíduo ao longo de sua existência, e como são capazes de delimitar esse indivíduo a uma ideia nacional carregada de significados que o representam e o colocam em determinado espaço. “Algo que produz sentido – um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 49). O teórico acrescenta que existem, ainda, pelo menos três conceitos diferentes de identidade: “a oriunda do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno” (HALL, 2006. p. 10).

O que Hall quer dizer é que o sujeito racional do Iluminismo, que precisou de outros indivíduos, gerando interdependências sociais para avançar, hoje carece de “identidade fixa”, face a uma grande quantidade de possibilidades oferecidas pelos diversos sistemas culturais aos quais possa se ligar. “Percebe-se, então, que tal construção ordena uma identidade contraditória que empurra o sujeito para diferentes direções. De forma que as identificações estão em constante processo de deslocamento” (MEDEIROS, 2009, p. 395-396).

O simbolismo presente na ideia de nação coloca o indivíduo em contato não apenas

com o significado de cidadania¹, mas também com a pressuposição simbólica de sentidos e significados, gerando, por fim, no indivíduo, um sentimento de pertença e identificação. A cultura nacional na modernidade, para Hall, contribuiu para a padronização de uma ideia de cultura de identificação, cujo papel era anteriormente atribuído a outros elementos representativos, como tribos, povos ou religião. Analisar a cultura nacional como um discurso carregado de símbolos e representações é fundamental para entender como as identidades são construídas.

Hall se apóia em argumentos de outros teóricos, como o cientista político Benedict Anderson e Homi Bhabha para mostrar que a cultura nacional, quando exerce influência sobre a nação, gera uma ideia de “comunidade imaginada”, ou seja, de que as nações são constituídas a partir de memórias construtoras de identidades com as quais o indivíduo pode ou não se identificar. A diferença entre as comunidades imaginadas serviu como referência para a distinção entre as nações.

Hall, em sua busca para compreender de que modo as culturas nacionais são narradas, acredita que esse processo de construção da narrativa se dá ao longo das retransmissões dos acontecimentos, “que fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas (...) que dão sentido à nação” (HALL, 2006, p. 52).

Dessa forma, o indivíduo reconhece um processo do qual se identifica, tornando-se capaz de vivenciar e compartilhar essas experiências, já que a carga de significados, representações e afinidades encontram-se estabelecidas. Ligam o indivíduo a uma existência comumente vivida sob as asas de um “destino nacional” que já existia e que se perpetuará através dos tempos.

Outro elemento discutido por Hall e que fortalece o estabelecimento das culturas nacionais é a tríade continuidade, tradição e intemporalidade, que a qualquer momento podem ser usadas para justificar a existência da ideia de nação, garantindo a sua permanência de maneira imutável, apesar dos acontecimentos ao longo da história. O autor também explica que muitas das ideias de tradição atualmente existentes e que se pressupunham antigas, na verdade são recentes: “Nada parece ser mais antigo [...] do que a pompa que rodeia a monarquia britânica [...]. No entanto..., na sua forma moderna, ela é produto do final do século XIX e XX” (HOBSBAWN e RANGER apud HALL, 2006, p. 14). Novas nações,

¹ Para o historiador José Murilo de Carvalho (2002, p. 9-10) cidadania é “o exercício pleno dos direitos políticos, civis e sociais, uma liberdade completa que combina igualdade e participação numa sociedade ideal, talvez inatingível”.

alerta Hall, podem ter a sua base histórica criada a partir de mitos fundacionais, que podem justificar, negar, recriar e até mesmo recontar a criação das tradições a partir de um ponto imaginário, mítico e não propriamente real. As identidades nacionais se apóiam na ideia de um povo puro ou *folk*, mas que, de fato, também é fruto de transformações.

A cultura nacional constrói identidades que podem amenizar a tensão existente entre um passado, muitas vezes carregado de glórias, com um futuro incerto. Busca elementos capazes de criar a legitimação para sua existência. Como constantemente são convocadas a se posicionar, as “culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas” (HALL, 2006, p. 56).

Nesse retorno ocorrem dois processos, um externo, voltado para uma readequação às novas perspectivas modernas e globais e um interno cujos olhos, voltados para o passado, buscam a perpetuação de uma assimilação do particular, da manutenção das diferenças que sejam capazes de distinguir e competir com as demais nações.

Outro aspecto importante observado pelo autor é descobrir se essas culturas nacionais são realmente unificadas como se supõe. Ao se falar de unidade, oportunamente torna-se necessário o pensamento de Ernest Renan, bem lembrado por Hall. Três fatores são fundamentais para se entender o princípio de unidade: “a posse em comum de um rico legado de memórias [...], o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisiva, a herança que se recebeu” (RENAN, apud HALL, 2006, p. 58).

As identidades nacionais resultam da relação entre os significados possíveis de nação, que podem se referir tanto “ao moderno estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento” (BRENNAN, apud HALL, 2006, p. 58) Dessa forma, por meio de uma reunião de informações nacionais, uma cultura nacional não apenas se estabelece como também permite que seus membros possam partilhar de uma ideia unificada de pertencimento, identificação e similaridades. Por mais que os indivíduos tenham as suas peculiaridades, todos se sentem abraçados por uma cultura nacional que os legitima, uma grande família nacional. O questionamento de Hall, no entanto, é saber se esse elo nacional é capaz de se sobressair às peculiaridades e diferenças culturais, coletivas e individuais.

Muitas vezes a unificação de uma identidade nacional se deu por meio batalhas ou a aniquilação de uma cultura em detrimento de outra. Foi preciso sobrepor uma cultura a outra para que se pudesse criar outra ideia de unidade nacional a partir de então, algo que seria difícil de se enxergar observando um passado repleto de conquistas e dominações. A

professora Márcia Maria de Medeiros exemplifica esse processo:

A história também assistiu a casos de interação cultural que foram forçados, oriundos de processo de escravização, como o ocorrido com os africanos que vieram servir como mão-de-obra escrava nas colônias americanas, desde os Estados Unidos, passando pela região do Caribe até o Brasil. (MEDEIROS, 2009, p. 393)

Mesmo que uma cultura seja fruto de outras culturas, ela pretende se estabelecer frente às demais, uma vez que existem diferenças culturais. Outro ponto a ser considerado é de que essa relação de dominação que a nação pode exercer sobre seus indivíduos, possui raízes históricas bastante definidas. Termos utilizados pelas ciências humanas para descrever os processos de adaptação cultural de um determinado indivíduo ou grupo como “transferência” ou “aculturação”, passando este último, segundo Peter Burke, por um processo de substituição, são oportunos para explicar a necessidade de se revisar conceitos que trazem em si ideias de dominação que indivíduos, grupos ou culturas exercem sobre as demais:

O sociólogo cubano Fernando Ortiz se aproximou mais da idéia contemporânea de reciprocidade quando sugeriu a substituição da noção de “aculturação” de mão única pela “transculturação” de mão dupla (BURKE, apud MEDEIROS, 2008, p. 394)

Outro termo bem visto com bons olhos é “troca cultural”, que possui aceitação, “como elemento de substituição de outros termos anteriormente utilizados como “empréstimo” (BURKE, apud MEDEIROS, 2008, p. 394).

Hall coloca o assunto em questão quando cita “as velhas identidades” (como por exemplo o caso dos valores do povo inglês e o sentimento que possuem de inglesidade), para ilustrar como os processos de dominação e de manutenção dessas identidades ainda ocorrem em determinados nichos ocidentais: “Os significados e os valores da ‘inglesidade’ (*englishness*) têm fortes associações masculinas. As mulheres exercem um papel secundário como guardiãs do lar e do clã, e como ‘mães’ dos ‘filhos’ (homens) da nação” (HALL, 2006, p. 61).

Hall alerta que, para se entender o processo de formação de uma identidade nacional, é preciso estar atento aos elementos históricos que a formaram. No caso dos ingleses, estes se encontram em um território ocidental forjado por impérios colonizadores que, muitas vezes, por meio do uso da força, estabeleceram sua supremacia cultural sobre as demais culturas existentes. Apesar de simbolicamente apresentarem-se como unificadas, essas nações possuem divisões internas – as diferenças culturais - quase imperceptíveis em um espaço

representado pela “união” de seus membros, representada, segundo Hall, por expressões como “um único povo”.

Porém, tentar abarcar a todos em uma ideia de identidade nacional é cada vez mais difícil, seja porque não exista uma nação composta apenas por um único povo, seja porque também não possua somente um tipo de raça formadora nos territórios. “Assim nascem as novas identidades, que fragmentam o indivíduo moderno, o qual era visto até então como um sujeito unificado” (MEDEIROS, 2009, p. 395).

Entenda-se aqui que o termo raça aparecerá para distinguir vários elementos dentro de uma mesma nação, sendo inexistente sob o ponto-de-vista biológico ou genético, este último, que segundo Hall é o “refúgio das ideologias racistas” (HALL, 2006, p. 63) e que não pode ser usado para distinguir um povo de outro. Raça, para o autor, é uma categoria discursiva e não biológica, ou seja, um conjunto de elementos que são capazes de identificar a união de representações sociais, como fala, costumes, língua, tradição e não propriamente características físicas, como a cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais.

Hall alerta também ao fato de como o termo raça encontra-se ligado, mais recentemente, a discursos nacionalistas. Ao citar Gilroy, ele mostra de que modo o racismo se apresenta:

Enfrentamos, de forma crescente, um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar “raça” com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras idéias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional – homogênea na sua branquidade (...). Este é um racismo que responde à turbulência social e política da crise e à administração da crise através da restauração da grandeza nacional na imaginação (GILROY, apud HALL, p. 64).

De acordo com Hall, a ideia de nação, como uma identidade cultural unificada, não subordina outras formas de diferença, deixando para as culturas nacionais o papel de costurar as diferenças sob uma mesma identidade.

Mas a pergunta inicial permanece: como essas identidades culturais nacionais se posicionam diante do processo de globalização? A tendência é a de se desintegrarem em prol de algo maior, de uma homogeneização cultural muitas vezes determinada por fatores econômicos. Mas, ao mesmo tempo em que se desintegram, paradoxalmente também são convidadas a se reestruturar. Um círculo vicioso se estabelece. Quanto mais a vida se torna mediada pelo mercado global, menos ela se identifica e se desvincula de um tempo de estória e tradição. Ao mesmo tempo é convocada a se posicionar para buscar elementos e traços que

não necessariamente definam essa vida, mas traduzam a realidade em que vive.

Hall finaliza seu pensamento, analisando o processo de identificação:

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até à morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma profunda “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

1.1 A DIVERSIDADE CULTURAL, A PÓS-MODERNIDADE E AS QUESTÕES DE IDENTIDADE EM UM AMBIENTE MULTICULTURAL

Para buscar compreender os processos culturais da sociedade e suas transformações, torna-se pertinente abordar as questões relacionadas ao conceito de pós-modernidade. Analisar a questão da “pós-modernidade” implica entender que se trata de um conceito bastante controverso, uma vez que o próprio termo “pós-modernidade” encontra-se em processo de definição e/ou readequação, sendo o mesmo questionável em alguns momentos, uma vez que existem outros termos como “pós-modernismo”, “modernidade tardia”, “transmodernidade” ou “Era do Vazio”. De qualquer maneira, as ideias de Fredric Jameson a respeito das transformações sociais são oportunas para a análise deste trabalho.

Sua obra *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, traz para os dias atuais outros questionamentos a respeito desse ambiente multicultural, como um espaço onde já não cabem mais os mesmos sentimentos de produção cultural. “*Il faut être absolument moderne*” (é preciso ser absolutamente moderno), expressão oportuna de Rimbaud lembrada por Jameson (2007, p. 314). O sentimento pós-moderno, na ótica de Jameson, surge como uma renovação da produção frente a um período esgotado e globalizante.

Desse modo ele vê como uma espécie de alívio aos anseios existentes no final do período moderno, que por sua vez já é visto como um período de feitos burocráticos. Aliviar-se, no entanto, implica viver em um período em que são desprezadas todas as pessoas que anteriormente contribuíram para que esse alívio fosse alcançado. Um bom exemplo é a fala da chanceler alemã Angela Merkel (BBC BRASIL, 2010) por ocasião de uma reunião com jovens, membros de seu partido conservador, quando afirmou que a tentativa alemã de se criar uma sociedade multicultural falhou:

No início dos anos 60, nosso país chamou os trabalhadores estrangeiros para vir para Alemanha. E agora que eles vivem aqui, nós costumávamos brincar, dizendo ‘eles não vão ficar, cedo ou tarde eles vão embora’. Mas essa não é a realidade. (MERKEL, 16 out. 2010)

Suas declarações abrem uma discussão sobre o atual papel dos estrangeiros que auxiliaram na reconstrução de diversas nações européias no pós-guerra. Se hoje a xenofobia e o racismo são uma constante, cada vez mais surgem elementos que indicam que a contribuição desse estrangeiro na sociedade pós-industrial é cada vez menos importante. A escassez de empregos, os níveis de violência cada vez mais elevados e a saúde financeira de países como a Grécia, por exemplo, apenas vem para confirmar esse panorama de um espaço conflituoso, diversificado e com diferenças culturais latentes.

A própria noção de coletividade em uma sociedade, por si só, configura-se em um paradigma, uma vez que para cada região, há entendimentos diferentes a respeito das diferenças culturais. Da mesma forma que existem movimentos híbridos, existem também reflexos dentro das sociedades. O fechamento das fronteiras europeias aos imigrantes (como o caso da Alemanha de Merkel) é um desses exemplos. De que modo a ideia de consenso se dá em meio a uma sociedade e suas lutas? Como ficam as questões relacionadas aos ideais de pertencimento em grupos, o que Jameson chama de “neo-etnicidade” (2007, p. 343) no período pós-moderno? Inserido nesses questionamentos, a própria ideia de diferença de grupos é bastante duvidosa em uma sociedade pós-moderna e heterogênea. Por si só o conceito de heterogenia ou de neo-etnias caem por terra, uma vez que todas as pessoas possuem as mesmas peculiaridades metafísicas e existenciais. “Há um sentimento de que algo precioso e existencial, algo frágil e único sobre nossa própria singularidade, se perderá quando descobirmos que somos como todas as outras pessoas” (JAMESON, 2007, p. 344).

Para Márcia Medeiros, em relação aos termos “identidade cultural”, “multiculturalismo” e “transculturalismo”, a história cultural pode servir de auxílio para se compreender porque, na atual situação social e política mundial “em pleno século XXI, homens se ataquem por questões de fé, as distinções culturais entre os indivíduos despontam de forma importante” (MEDEIROS, 2009, p. 389). A professora discute a necessidade de se questionar a própria identidade do tempo presente, face à desconstrução de elementos importantes como o conceito de “nação”, por exemplo. Para Medeiros, determinados espaços conceituais e disciplinares atualmente “estão sendo derrubados, da mesma forma que hoje, nos estudos culturais, já se sabe que não existem mais fronteiras culturais nítidas entre os grupos humanos, mas sim um processo de continuidade” (MEDEIROS, 2009, p. 390).

Processos de hibridização entre culturas, assinalado por Peter Burke em sua obra *Hibridismo Cultural*, ilustram bem esse momento de fronteiras diluídas:

Homi Bhabha, por exemplo, é um indiano que foi professor na Inglaterra e que hoje está nos Estados Unidos. Stuart Hall, nascido na Jamaica de ascendência mista, viveu a maior parte de sua vida na Inglaterra e descreve a si mesmo como sendo “culturalmente um vira-latas, o mais perfeito “híbrido cultural” [...]. Por outro lado, Edward Said, palestino que cresceu no Egito, é professor nos Estados Unidos e se descreve como um “deslocado” onde quer que se encontre [...]. (BURKE, 2003, p.15-16)

O processo de hibridização está presentes em todas as áreas, o que leva os indivíduos, que muitas vezes encontram-se deslocados, a se adaptarem a novos espaços, possibilitando, assim, a troca de informações em encontros culturais diversos. Para Burke, o preço da hibridização “inclui a perda de tradições regionais e de raízes locais. Certamente não por acidente que a atual era de globalização cultural [...] é também a era das reações nacionalistas ou étnicas” (BURKE, 2003, p. 18).

Homi Bhabha, em *O Local da Cultura*, vai mais adiante para compreender os caminhos dos termos “diversidade cultural” e “diferença cultural” (2005, p. 61), defendendo a ideia de que esta deveria substituir aquela, uma vez que as fronteiras da cultura são limítrofes em um mundo que se mostra cada vez mais globalizante. Essa distinção é importante uma vez que, para ele, a diversidade cultural seria um objeto epistemológico, visível, sobretudo, nos estudos etnográficos.

A diferença cultural, ao contrário, seria um processo de reconhecimento da diferença que surgiria no momento da enunciação do discurso “sobre o outro”. Ou seja, a diferença cultural é o reconhecimento de que ao falarmos do outro, simultaneamente, este outro deforma os limites da nossa identidade. Essa postura é muito mais interessante e talvez mais importante uma vez que os aspectos que diferenciam uma cultura de outra não são dados apriorísticos.

A ideia de nação torna-se questionável em detrimento de apontamentos mais abrangentes, como, por exemplo, o modo como a sociedade enxerga a si mesmo dentro de um contexto histórico e social. Os conceitos pedagógico e performativo de Bhabha (2005, p. 207) são importantes para entender justamente a diferença das relações sociais. Para o autor, o conceito pedagógico, atribui à nação uma autoridade centrada baseada numa origem histórica, enquanto que para o conceito Performativo, são as diferenças culturais que devem responder pelos caminhos os quais percorre a sociedade. A ideia de pertencimento torna-se relativa no contexto pós-moderno, pois a ideia de cultura nacional está sendo cada vez mais fragmentada

em prol das vozes das minorias. Não existe uma cultura de origem. Toda cultura, por si só, já um produto de outra.

Para Maria da Glória Bordini, por exemplo, o pensamento multiculturalista, que se pretende muitas vezes totalizante, entende que a sociedade se pacifica à medida que as diferenças culturais são reconhecidas. O paradoxo está justamente neste ponto: que, uma vez reconhecidas, não se tornem motivo de segregação tirando das costas do indivíduo o peso de dizer que uma cultura é superior à outra, que um povo é mais evoluído culturalmente que outro, que uma raça está acima de outra. Seria o momento de se condenar qualquer tentativa de hierarquizações? Se a realidade se faz por meio do campo subjetivo, então a relativização dos valores passaria a ser contestável e muito pessoal na sociedade? Para Bordini, “quanto mais relativizada, maior é a necessidade que o ser humano possui de fincar-se a algum lugar que o identifique” (BORDINI, 2006)

Tratando de outras questões a respeito de identidade, a contribuição de Zygmunt Bauman é imprescindível. Em sua obra *Identidade*, Bauman relaciona o tema de forma bastante latente ao discorrer também sobre o conceito de “modernidades líquidas”:

É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Buscamos, construímos, e mantemos as referências comunais de nossas identidades e movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo. (BAUMAN, 2004, p.32)

Bauman anuncia que tudo passa por um processo de reinvenção e de (re) significação. A História, a sociedade, todos vivem o vislumbre de um cenário de libertação social. Para Bauman, a busca de uma identidade é uma tarefa difícil, reconhecer quem, confirmado pelo poder constituinte, pode separar “quem está ‘dentro’ e quem está fora, quem faz parte de quem não faz” (BAUMAN, 2004, p. 16).

As pessoas, ao tentarem se identificar com alguma coisa ou a determinado lugar ou situação, tem a sua frente uma tarefa impossível, segundo o autor. A noção de pertencimento se dá não apenas pelas vontades particulares, mas também é mediada por fatores, raciais, religiosos, políticos e assim por diante. Nesse ponto identidade e pertencimento tomam caminhos distintos.

Enquanto este pode ser negociado, aquela, uma vez atribuída pelas esferas verticais de poder, torna-se inegociável. Qual é o grau de consistência de nossa identidade? Até quando ela é capaz de segurar nossos anseios? De que forma signos identitários como a bandeira e o hino nacional, por exemplo, fazem parte de um rol de ideias forçadas e fictícias? A identidade

nasce quando existe uma crise de pertencimento. É a luta entre o dever ser e o que se é, de fato. Nesse momento é que surgem as identidades litigantes, movimentos de independência que aparecem quando o Estado não dá condições para que essas identidades possam ocupar o seu espaço na sociedade.

A tolerância, nesse momento é o fator que irá legitimar o respeito às identidades quando as fronteiras entre o eu e o outro tornarem-se diluídas ficando difícil estabelecer uma linha que separe realidades distintas. Posicionar-se diante de sua própria identidade significa garanti-la diante do outro. Por conta disso, as ideias de cidadania e nacionalidade nessas fronteiras tornam-se relativas, uma vez que o mundo encontra-se mediado por decisões cada vez mais globalizantes, de instituições cada vez mais desmanteladas.

Se o Estado-nação não é mais depositário de nossa confiança, que caminho tem a sociedade para prosseguir, uma vez que ela, em níveis coletivos, não arbitra praticamente nada por também encontrar-se fluída? Talvez mais difícil que a construção de uma identidade, seja a manutenção dela. A construção de uma identidade é um processo racional, exige um esforço que nem todos estão dispostos a fazer. Quem está preso a tradições possui maiores dificuldades para compreender o conceito de modernidade líquida. Mas uma vez entendida essa fluidez, em prol da construção de uma identidade, o indivíduo deixa de aceitar passivamente tudo o que lhe é imposto.

1.2 A RESPEITO DAS CONSTRUÇÕES MULTICULTURAIS DA IGUALDADE E DA DIFERENÇA

Boaventura de Sousa Santos faz uma análise profunda a respeito de dois termos responsáveis pela construção multicultural de uma sociedade: a igualdade e a diferença. Em palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1995, o professor discorre sobre os termos com o objetivo de entender não apenas os seus processos, mas de que forma ambos podem trocar de lugar, de acordo com as interferências ou não do Estado.

Para Boaventura, a desigualdade e a diferença são dois sistemas de pertença hierarquizada: “No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão” (SANTOS, 1999, p. 02). A desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural, social e de civilização.

É importante entender muito bem esses dois processos para que seja possível compreender de que modo o ser humano lida com essas duas vertentes e de como o Estado, por meio de intervenções ou de omissões, contribui com esse panorama. Segundo o autor, na modernidade capitalista, outras duas formas de hierarquização social que possuem elementos próprios da desigualdade e da exclusão são o sexismo e o racismo. A respeito do racismo, termo analisado nesta dissertação, são oportunas as palavras de Boaventura: “No caso do racismo, o princípio de exclusão assenta na hierarquia das raças e a integração desigual ocorre, primeiro, através da exploração colonial, e depois, através da imigração” (SANTOS, 1999, p. 03).

Tanto a desigualdade, quanto a exclusão, são dois fatores que possuem diferentes níveis: “o nível extremo da exclusão é o extermínio: o extermínio dos judeus, e dos ciganos no nazismo, a limpeza étnica nos nossos dias. O grau extremo da desigualdade é a escravatura” (SANTOS, 1999, p. 04). O autor enxerga um eixo onde se cruzam os dois processos, sendo um sócio-econômico da desigualdade e outro cultural de exclusão. A modernidade capitalista teria papel preponderante nesse processo, pois é ela quem irá promover a regulação da tensão social neste eixo.

Da mesma forma que existem processos de desigualdade e de exclusão, há também mecanismos que tendem a evitar o controle e minimização dessas tensões. O dispositivo ideológico contra a desigualdade e a exclusão, segundo Santos, é o universalismo, que pode assumir duas formas, a negação e a absolutização das diferenças:

A negação das diferenças opera segundo a norma da homogeneização que impede a comparação pela destruição dos termos de comparação. A absolutização das diferenças opera segundo as normas do relativismo que torna incomparáveis as diferenças pela ausência de critérios transculturais (SANTOS, 1999, p. 06)

Se uma opera pela descaracterização das diferenças, e por esse caminho reproduz a hierarquização que elas comandam, a outra age pela negação dessas hierarquias que organizam várias nuances dessas diferenças. Segundo o professor, se um inferioriza pelo excesso de semelhança, o outro o faz pelo excesso de diferença.

Quanto ao Estado capitalista, uma de suas funções é a de manter a coesão da sociedade que vive atravessada por sistemas de desigualdade e de exclusão. No caso mais específico da exclusão, a tarefa desse Estado é a de distinguir, entre as várias formas de exclusão, “aquelas que devem ser objeto de assimilação ou, pelo contrário, objeto de segregação, expulsão ou extermínio” (SANTOS, 1999, p. 07).

A exclusão é que irá validar os critérios entre civilizáveis e os incivilizáveis, entre o bom ou mau imigrante, entre a etnia hibridizável e a que não é. O professor sinaliza que o chamado “Estado-Providência” está para as questões de desigualdade do mesmo modo como sua política cultural e educacional está para as questões de exclusão.

O Estado-Providência minimiza as tensões de desigualdade quando permite a integração pelo trabalho e pela possibilidade de consumo, distribuindo riquezas e segurança para as classes trabalhadoras. Assim “a integração social dá-se basicamente por meio de uma política de pleno emprego e de uma política fiscal redistributiva” (SANTOS, 1999, p. 10). Porém, na social democracia, o Estado passa por uma grande transformação, que é a sua desestatização, cuja consciência econômica é o neoliberalismo, pois “se já não há o perigo do socialismo, não é necessário partilhar lucros e ter um Estado que assegure tal partilha” (SANTOS, 1999, p. 16).

Em relação às diferenças, Boaventura entende que a cidadania política é concebida como uma justificativa da negação dos particularismos, das peculiaridades da cultura, das características climáticas ou regionais, étnicas, raciais ou religiosas. A contribuição do Estado para o processo de exclusão surge a partir do instante em que há uma tentativa de homogeneização e homogeneidade: “A homogeneidade começa desde logo na assimilação lingüística, não só porque a língua nacional é, pelo menos a língua veicular, como também porque a perda da memória lingüística acarreta a perda da memória cultural” (SANTOS, 1999, p. 18). O papel central do Estado é fazer com que uma identidade nacional se sobreponha às demais identidades:

As leis de nacionalidade, tornadas mais importantes com o crescimento dos fluxos migratórios, favorecem essa integração [...]. Em vez do direito à diferença, a política de homogeneidade cultural impôs o direito à indiferença. As especificidades ou diferenças na execução das políticas foram determinadas exclusivamente por critérios territoriais ou sócio-econômicos e nunca de outra ordem (SANTOS, 1999, p. 18)

Os mais atingidos nesse processo de homogeneização são os camponeses, os povos indígenas e os imigrantes estrangeiros, segundo o autor. Para ele, os povos indígenas representam a versão original do sistema de exclusão da modernidade capitalista e, “certamente, uma das versões mais extremas, o genocídio” (SANTOS, 1999, p. 34).

Nenhuma das políticas do Estado são voltadas para a erradicação da exclusão, mas apenas para a administração que suas crises provocam. O melhor remédio estatal para a exclusão, no caso, é a reinserção/assimilação, algo que fica bem evidente no caso das

mulheres e dos imigrantes, porém com efeitos indesejados. À medida que os direitos de cidadania foram sendo fornecidos às mulheres, elas passaram automaticamente a fazer parte de um mundo de consumo, permitindo, no entanto, que saíssem de um processo de exclusão para um processo de desigualdade, uma vez que os seus salários, na grande maioria dos casos são, em grande parte, inferiores em relação aos salários dos homens.

No caso dos imigrantes fica claro o modo como o Estado se apresenta, como um organismo que não necessariamente impede a existência das diferenças desde que ocorram em guetos sociais: “[...] As políticas de assimilação [...] apenas impuseram que elas se manifestassem no espaço privado das famílias ou, quando muito, no espaço local do lazer, do folclore, da festa” (SANTOS, 1999, p. 19). O Estado apenas faz o gerenciamento para que as tensões permaneçam em níveis aceitáveis, mas sempre deixando claro de que a identidade nacional, dominante, deva prevalecer sobre as demais identidades, que por sua vez, nunca tiveram força nem recursos para se posicionarem. Quando isso ocorre, “estamos perante um nacionalismo racializado ou, melhor, perante um racismo nacionalizado” (SANTOS, 1999, p. 21).

O que acontece, no entanto, é que esse gerenciamento do Estado, citado acima, se encontra em crise e um bom exemplo disso são as políticas imigratórias praticadas por grandes nações que, sempre pautadas pela necessidade de mão-de-obra, permitiram que surgissem tensões a respeito das nacionalidades e, conseqüentemente, da cidadania. Por si só o termo cidadania passa por um esvaziamento político, segundo o autor. Acrescenta-se a isso o fato de que as sociedades nacionais passaram a ser sociedades multinacionais e multiculturais, criando sérios problemas para esse Estado que administra a hegemonia. Em se tratando dessa mão-de-obra, nos fluxos migratórios:

(...) o trabalho perde eficácia como mecanismo de integração num sistema de desigualdade para passar a ser um mecanismo de reinserção, num sistema de exclusão [...]. Incapazes de reentrar no mercado do emprego, saem de um já cruel sistema de desigualdade para entrarem no sistema de exclusão quiçá mais cruel [...]. A inutilidade social de grandes camadas de trabalhadores é sem dúvida a nova face da exclusão (SANTOS, 1999, p. 28).

Ao racismo da superioridade da raça ariana, une-se também o racismo da superioridade tecnológica, segundo Boaventura, da raça tecnologicamente atrasada, um racismo anti-racista e pró-tecnológico. A exclusão do indivíduo, diferentemente da alienação marxista – que não resulta da exploração do trabalho, mas da ausência dele – é a nova forma de alienação.

Outro fator responsável pela exclusão que está à luz do Estado surge como efeito da globalização das culturas de massa e da ideologia do consumo, que anulam os processos das culturas locais, caso não haja interesse para o mercado global. Boaventura atenta para a exclusão das culturas que não são valorizáveis nesse mercado global porque ou não se deixam apropriar ou a sua apropriação não suscita maiores interesses: “são votadas a uma forma tão radical de exclusão quanto o extermínio, são apagadas da memória cultural hegemônica, são esquecidas ou ignoradas, ou, quando muito, subsistem pela caricatura que delas fazem a cultura hegemônica” (SANTOS, 1999, p. 32).

São deixadas de lado ou trivializadas, não possuem sequer virtudes para serem consideradas ou descartadas. Mediadas por um mercado nacional ou global, as demais culturas ficam à margem de qualquer processo tornando-se dependentes. Regiões detentoras de maiores fontes de conhecimento se utilizam desse artifício para criar novas perspectivas de desigualdade e exclusão. Quem não obtém o conhecimento necessário está fadado a ser expulso, exterminado, esquecido ou sobreviver, quando muito, como figura do folclore ou atração turística.

A desigualdade e a exclusão estão presentes tanto em níveis locais quanto individuais. Indivíduos concretos em sofrimento, produzidas ou decididas à grande distância, no espaço-temporal. A quantidade de fatores discriminatórios é cada vez maior e possuem formas diversas, como a discriminação por conta da classe social, do sexo, da etnia, da faixa etária, da região, das crenças religiosas, etc. Nestas condições, a agregação de interesses torna-se algo muito complicado, pois tem de ser feita “contra a corrente do individualismo, do narcisismo e do comunismo dominantes. E se as dificuldades de organização são grandes, a nível local e nacional, são muito maiores a nível global” (SANTOS, 1999, p. 57).

Diante desse panorama, o que fazer? É o que se pergunta o autor, uma vez que a desigualdade e a exclusão ocorrem em um espaço de relações sociais conflituosas, separados por grupos específicos de raça, credo, sexo, cidade e língua onde, em muitos casos, as próprias relações, tem tido uma eficácia discriminadora na hierarquia de pertença em qualquer dos sistemas: “(...) não é possível em abstrato determinar o grau dessa eficácia, não só porque ela varia segundo o tempo histórico ou a sociedade, como porque os diferentes fatores de discriminação atuam quase sempre em conjunto uns com os outros” (SANTOS, 1999, p. 42).

O autor propõe novas articulações para as políticas de igualdade e de identidade. Alerta também que nem toda a diferença é inferiorizadora e que, portanto, as políticas voltadas para a igualdade não precisam se pautar apenas em uma única forma de identidade.

Uma vez que uma política de igualdade descaracteriza ou desconhece uma determinada forma de identidade, ela mesma se torna uma política de desigualdade:

Uma política de igualdade que nega as diferenças [...] é, de fato, uma política racista [...]. Tanto se afirma pela absolutização das diferenças como pela negação absoluta das diferenças [...]. Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza (SANTOS, 1999, p. 44)

Uma política de igualdade verdadeira permite o trânsito entre as diferenças identitárias diversas. A identidade, para o autor, é também uma pausa transitória num processo de identificação. Os indivíduos acumulam ao longo da vida diferentes identidades que podem ser usadas da forma que julgar mais conveniente ou até mesmo de ter o direito de delas não fazer uso. A política de identidade, para Santos, está alicerçada em três processos, quais sejam, diferenciação, auto-referência e reconhecimento:

A diferenciação é o processo entre o eu e o outro, entre nós e o resto [...]. A auto-referência é o momento da criação da identidade, a soma das partilhas originais, que justificam uma pertença específica [...]. Os mitos de origens, os rituais e os símbolos, a orientação a valores, a história partilhada, tudo isto são elementos constitutivos de auto-referência [...]. Num processo de reconhecimento [...] ao contrário do que se passa com o sistema de exclusão, na identidade o eu necessita, para se constituir plenamente, do reconhecimento do outro (SANTOS, 1999, p. 47).

É importante não esquecer de que a política de igualdade ocorre dentro de um espaço de regulação, cujos representantes são o Estado, o mercado e a comunidade, segundo Boaventura. O que ocorre é que, uma vez que o projeto de modernidade deu lugar a uma ideia de modernidade capitalista, apenas o Estado e o mercado possuem importância, sendo a comunidade, a preterida dentre os três. “A comunidade, tão eloqüentemente teorizada por Rousseau, foi votada a uma medíocre marginalidade” (SANTOS, 1999, p. 52).

2 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Antes de iniciar qualquer análise a respeito das obras pretendidas nessa dissertação torna-se importante situar os romances no tempo histórico e apresentar algumas informações a respeito da região sul do Brasil, onde as obras foram escritas.

A imigração alemã, como fator transformador nas relações sociais e de trabalho no início do século XX, trouxe inúmeras mudanças para aquela área do Brasil. Os primeiros registros de imigração alemã, mais especificamente no Rio Grande do Sul, dão conta que, recrutados pelo major Jorge Antônio Schäffer, foram encaminhados ao município de São Leopoldo, entre os anos de 1824 e 1847, mais de oito mil colonos alemães. O político, escritor e jornalista Leopoldo Petry, em sua obra, *Novo Hamburgo: O florescente município do Vale do Rio dos Sinos* elenca alguns fatores interessantes a respeito da imigração alemã no sul do país. Em certo momento, o autor trata de possíveis privilégios encontrados pelos colonos alemães em detrimento aos povos açorianos, também instalados na região. Ao transcrever um ofício do governo, Petry ressalta o trecho a seguir:

Conforme outro ofício... Sua Majestade Imperial dignou-se mandar manifestar o muito que havia sensibilizado seu Paternal Coração a desgraçada sorte das nove famílias mandadas vir das Ilhas dos Açores, jaziam aí acantoadas, sem o mínimo estabelecimento, determinando que fossem contempladas na partilha de quatrocentas braças de terreno, para cada casal, nesse local, na forma concedida aos colonos alemães (PETRY, 1963, p. 27).

No referido trecho, é possível identificar certas vantagens concedidas aos colonos alemães que, em um primeiro momento, parecem não ter sido concedidas a povos de outras colônias.

A professora Leira Salete faz uma minuciosa e importante investigação com a intenção de buscar compreender as possíveis vantagens encontradas pelos imigrantes alemães durante esse período e que, de certo modo, fizeram com que uma ideia de superioridade racial surgisse por parte de alemães em relação aos brasileiros. A professora percorre todo o processo migratório, desde a chegada dos alemães ao país contextualizando de que maneira essa colonização se deu, bem como as relações existentes entre colonos e brasileiros como, por exemplo, a substituição da mão-de-obra servil pela mão-de-obra européia e branca, vinculada ao racismo. Segundo a professora, a distinção existiu até mesmo no momento da escolha de um povo que colonizasse a região. É, pois, Giron (1980) quem informa que, quando a vinda dos imigrantes alemães “foi impedida pelo governo germânico, foram procurados outros

povos. A preferência pelos arianos baseava-se na crença de sua superioridade sobre os ‘degenerados’ latinos...”.

O Rio Grande do Sul viveu um momento de intervenções federais até o ano de 1946. O país passava por um momento delicado: logo no início de 1938 a eleição presidencial no Brasil não foi realizada por conta do golpe militar de Getúlio Vargas.

Em relação à Política de Nacionalização de Getúlio Vargas e ao Estado Novo, são importantes as definições e análises do momento, constantes na obra *História Geral da Civilização Brasileira*:

Este esforço de centralização político-administrativa, pelo qual se mantém a autonomia do Estado, manifesta-se através da montagem de um complexo quadro jurídico-institucional, que estabelece novos padrões de governo e cria os mecanismos necessários para dar viabilidade à interferência do Estado nos diferentes setores da realidade social (GOMES, 2007, p. 96)

Para Gomes, Getúlio Vargas, após o golpe de 1937, refere-se à necessidade de um governo forte, “dotado de um alto grau de liberdade de ação, como forma de deter os efeitos dispersivos dos ‘particularismo de ordem local’ e as ‘influências desagregadoras internas ou externas’ que ameaçavam a soberania nacional” (2007, p. 97).

A política getulista fica clara: minar as forças e pressões regionais em prol de uma unificação do pensamento nacional que pudesse, ao mesmo tempo, servir não apenas como uma doutrinação e consolidação de uma nova política, mas também como uma ação desagregadora dos “localismos” existentes, os quais deveriam ser devidamente esmaecidos. A centralização da política no Estado Novo era iminente aos olhos do governo, pois

(...) significaria a institucionalização da passagem do Estado gendarme, fundamentalmente absenteísta, para o Estado intervencionista, cujo objetivo seria dar viabilidade ao controle do poder central (...). O Estado forte e altamente centralizado iria absorvendo o sistema decisório, desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização. (GOMES, 2007, p. 130).

A Carta Constitucional de 1937 implantaria, segundo Gomes, um regime autoritário, reforçando os poderes do Presidente da República, “conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis, ampliando a possibilidade de intervenção do Governo nos Estados” (GOMES, 2007, p. 134). Dessa forma o período do Estado Novo se mostra como um momento de disseminação de uma ideia de planificação nacional.

Em 1940, apesar de se declarar neutro, o Brasil, mais tarde, rompe relações diplomáticas com Alemanha, Japão e Itália e toma partido na Segunda Guerra Mundial. Essa

suposta neutralidade é contestada em um artigo do professor René Gertz, intitulado *Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e “neonazismo” no Brasil*:

Até a decretação do Estado Novo (no final de 1937), Vargas e (para o caso do Rio Grande do Sul) Flores da Cunha viviam numa lua-de-mel com Hitler, com sua ideologia e prática políticas, e com seus representantes no Brasil – nesse sentido, volto a chamar aqui a atenção para o fato para a famigerada festa nazista de 1º de maio de 1937, no campo do Renner, em Porto Alegre (cujas fotos estão amplamente difundidas). (GERTZ, 2009, p. 06)

O trabalho acadêmico intitulado *O “Perigo Alemão” a comunidade teuta e a Dops em Curitiba* explica que a “falta de políticas públicas que visassem à integração do alemão à sociedade brasileira, promoveu o isolamento de parte dos imigrantes em colônias (...), manteve seus costumes natais, (...) formando os “quistos raciais” (LIMA, 2009, p. 01). Outro dado importante fornecido pelo referido trabalho é o momento em que a Segunda Guerra estoura e a comunidade teuta vira um caso de polícia: Visando conter um possível levante (...) imigrantes alemães, japoneses e italianos, passaram a ser vistos como traidores da pátria que os acolheu.

O pouco contato que os povos das colônias tiveram com os brasileiros também foi um fator considerável na questão da miscigenação do povo brasileiro, visto como caboclo:

Mantiveram uma sociedade fechada e extremamente organizada, com a manutenção de escolas, igrejas, associações e produção de vários periódicos em seu idioma natal. As questões ideológicas são mantidas e reforçadas por intelectuais que disseminaram ideais pangermânicos (LIMA, 2009, p.02).

A preservação dos costumes, como a crença, a endogamia² e a língua alemã, são elementos que tornam as colônias cada vez mais fechadas, criando uma cultura distinta, que não é brasileira e também não é alemã, mas uma mistura das duas. A simpatia com o movimento do nazismo torna-se forte por parte das colônias, que viam o seu país possuir uma nova oportunidade de ascensão após a Primeira Guerra Mundial e também a possibilidade de se obter recursos para o seu desenvolvimento.

A Segunda Guerra Mundial agravou a situação. Com a Política de Nacionalização de Getúlio Vargas na década de 30, italianos, alemães e japoneses viram-se obrigados a tomar partido na guerra contra o chamado Eixo. No caso dos alemães, estes representavam o perigo que comprometia a soberania brasileira. Lima salienta outro fator, a questão da proximidade

² Endogamia é um sistema em que os casamentos se dão entre indivíduos aparentados, relacionados pela ascendência.

das colônias com a Argentina, onde Juan Domingo Perón mantinha ligações com a Alemanha.

Para Lima, a Campanha de Nacionalização empregada por Getúlio Vargas não teve somente a intenção de dar ao país elementos que pudessem criar a identidade cultural brasileira, mas também representou uma forma de assimilação dessa política por parte dos imigrantes, entre eles, os alemães, sobretudo, “(...) o ameaçador elemento estrangeiro e conspirador ‘eixista’, ‘súdito do eixo’, ou ainda ‘quinta-coluna’” (LIMA, 2009, p. 07). Inúmeras foram as providências tomadas por Getúlio Vargas para “nacionalizar” os quistos raciais: “(...) fechou escolas em idioma estrangeiro, promovendo um grande retrocesso para a educação, proibiu a utilização de idiomas que não o português, na forma de panfletos, jornais e mesmo na oralidade” (LIMA, 2009, p. 07).

De qualquer modo, Getúlio Vargas proíbe que no país se fale a língua alemã. Com as campanhas de nacionalização, o alemão é substituído, aos poucos, pelo português. Para explicitar esse momento, torna-se oportuno valer-se da fala da escritora gaúcha Lya Luft:

Na minha família se falava "nós, os alemães, e eles, os brasileiros". Isso era uma loucura, porque nós estávamos há gerações no Brasil. E como eu era uma menininha muito contestadora, um dia, com 7 ou 8 anos, numa Semana da Pátria, me dei conta: "Por que falam 'die Brazilianer und wir'?" Eu quero ser brasileira (...). Eu nasci em 1938 e logo em seguida começou a guerra. Em casa falávamos alemão, mas em seguida tive que falar português porque o alemão foi proibido. Minhas avós falavam alemão. Nenhuma conheceu a Alemanha (LUFT, 2004, p. 01.).

René Gertz, em sua obra *O Estado Novo no Rio Grande do Sul* traz elementos importantes para se entender um pouco mais sobre essas colônias de alemães no sul do Brasil durante o nazismo e a Segunda Guerra Mundial. O autor denuncia a violência praticada durante o período do Estado Novo, em nome da nacionalização que vitimou, sobretudo, boa parte dos integrantes das colônias alemãs e menos colonos italianos. Gertz aponta algumas causas dessa perseguição:

Maior simpatia brasileira para com os “italianos”; a existência de sentimento sobre o “perigo alemão” desde a chegada dos imigrantes em 1824; a mobilização antialemã durante a I Guerra Mundial; a adesão e simpatia ao partido nazista no Estado, fenômeno para o qual não contamos ainda com análise de fôlego como a realizada para a Região Colonial Italiana por Loraine Giron, em *As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*, de 1994 (MAESTRI, 2006, p 01)

A respeito dessa simpatia pelo nazismo, com o agravamento da crise, a pressão dos Estados Unidos e pressões populares internas para que o Brasil se posicionasse em relação à guerra, Getúlio Vargas se vê obrigado a se posicionar. Usando o fato de um navio alemão ter torpedeado um navio brasileiro, aliado a uma propaganda estatal convocando os cidadãos a

tomarem partido na guerra em prol da defesa dos interesses nacionais, o governo consegue que parte da população compre a ideia de declarar guerra, o que suscita também sentimentos de intolerância étnica por uma parcela dos brasileiros:

[...] cidades formadas em parte por imigrantes vivenciam um clima de tensão, com casos de extrema violência, permeadas por saques, invasões, depredações e denúncias. Essas ações são legitimadas pelo Estado que cumpria o papel na defesa da soberania nacional, confiscando os bens de imigrantes, acusando e intimidando-os a comparecer a uma das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Deste modo, eram detidos todos os elementos estrangeiros que falassem seu idioma natal e possuísem rádios, armas, revistas, livros em outro idioma que não o português. Assim como aqueles que não conseguiam esconder fenotipicamente a origem. (LIMA, 2009, p. 07)

Brasileiros tiveram grande responsabilidade na denúncia dos imigrantes. Utilizavam para tanto qualquer pretexto, mesmo as brigas entre vizinhos eram utilizadas como motivo para se vingar de imigrantes com os quais mantinham conflitos pontuais. Humilhações públicas e fechamentos de clubes e associações foram algumas atitudes tomadas pelo lado brasileiro.

Neste período, ser *alemão* era sinônimo de ser nazista, segundo Lima (LIMA, 2009, p. 15), porém, mesmo dentro das colônias a questão não é exatamente essa. Havia desentendimentos entre os alemães e os chamados teuto-brasileiros ou germano-brasileiros (brasileiros que possuem pelo menos um ascendente alemão). Envolver-se com as questões da política brasileira poderia significar problemas na manutenção da cultura alemã nas colônias.

Do outro lado, para os brasileiros, o envolvimento dos alemães nas questões da política brasileira também representavam um problema: “Segundo René Gertz [...] na visão de muitos brasileiros a falta de interesse alemão na situação política nacional era uma prova de que se mantinham inassimiláveis, e para outros o interesse era sinônimo de perigo” (LIMA, 2009, p. 15). Gertz, segundo Lima, afirma que a II Guerra Mundial agrava o problema:

Fruto de um processo de imigração mal planejado, a falta de assistência aos recém-chegados, e o destino dos mesmos à locais ainda não povoados, o que promoveu o isolamento e a conseqüente criação de uma lógica interna na colônia, esta se considerava auto suficiente, somados aos ideais pangermânicos foram grandes influências na conjuntura vivida no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. (GERTZ apud LIMA, 2009, p. 18)

A Campanha de Nacionalização, empregada por Getúlio Vargas, surge, entre outros fatores, a partir do perigo que os alemães exerciam no sul do Brasil. Com receio de que a Alemanha anexasse parte desse território brasileiro, ou no mínimo de que exercesse

influências perigosas nessas áreas, as ações em prol de uma ideia de nacionalização ganham força, principalmente nessa região a partir do ano de 1937, com o início do Estado Novo, que durou até o ano de 1945. Esse momento do país ficou marcado por uma concentração de poder, ideais nacionalistas e repressões. Em relação às ideias de nacionalização de Vargas estas podem ser melhor compreendidas em um discurso proferido pelo presidente, no ano de 1940, na cidade de Blumenau, que será visto mais adiante.

Para Fausto (1995), a Carta de 1937 não trazia grandes elementos para se definir o que seria o Estado Novo. A chave estaria nas chamadas “disposições finais e transitórias”, que conferiam ao Presidente da República poderes diversos, como a confirmação ou não de poderes a governadores eleitos, por exemplo. O artigo 186 das disposições “declarava em todo o país estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta Constitucional” (FAUSTO, 1995, p. 365). Em relação à construção de sua imagem, Getúlio Vargas tratou de formar uma opinião pública favorável. A preocupação do governo Vargas nesse sentido, segundo Fausto, vinha desde os tempos do surgimento do Departamento Oficial de Publicidade e logo após o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP):

O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, teatro, rádio, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”, agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país” (FAUSTO, 1995, p. 376).

O Estado Novo, acrescenta Fausto, “perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais” (FAUSTO, 1995, p. 376). Em Abril de 1938, vários decretos são publicados. O Decreto-Lei ° 383 proíbe, por exemplo, as atividades políticas por parte de estrangeiros:

Art. 1° Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país (BRASIL, 1938)

No mesmo decreto, em seu artigo 3°, afirma que é lícito estrangeiros associarem-se para fins culturais ou para comemorar suas datas nacionais, mas o que se vê, na prática, não é isso. Outros decretos-leis mostram como Vargas conduzia a sua política de nacionalização: o decreto-lei N° 292 torna obrigatório o uso da Língua Portuguesa, sendo proibidos nos estabelecimentos de ensino livros didáticos escritos em outro idioma; o decreto-lei N° 389

regula a nacionalidade brasileira; o de Nº 394 trata das questões de extradição; o de Nº 406 dispõe sobre a entrada e saída de estrangeiros no território nacional; o de Nº 5.186 dispõe sobre o uso da ortografia em todo o país.

São proibidas também quaisquer manifestações patrióticas que não estivessem relacionadas com o Brasil, como o uso de bandeiras, distintivos ou qualquer outro símbolo estrangeiro. No decreto-lei de Nº 383, em seu Art. 2º, constam as restrições relacionadas às manifestações:

Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro [...]. Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão (BRASIL, 1938)

Segundo Lima, a partir da Conferência Panamericana, realizada em 1942, ficaram proibidas outras formas de manifestação, como distribuição de materiais relacionados aos países com os quais o Brasil havia rompido relações, execução de hinos ou de quaisquer saudações referentes aos países ligados ao nazismo, a prisão de simpatizantes aos partidos políticos, a apreensão de materiais relacionados a países inimigos e outras. As repressões ocorreram contra todos os imigrantes, sobretudo os alemães, considerados pelo país, segundo Lima, à luz de estereótipos, de serem conhecidos por serem inassimiláveis e expansionistas. Para garantir a obediência a essas leis, o papel do já referido DIP e do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) são fundamentais.

Lima cita um fato ocorrido em Curitiba, em 1942. Segundo o jornal *A Gazeta do Povo* dez mil pessoas se concentraram na Praça Osório, contra o nazismo, promovendo logo em seguida um “quebra-quebra” em direção aos estabelecimentos pertencentes aos súditos do Eixo: “Na marcha em sinal contra o torpedeamento de navios brasileiros, os manifestantes gritavam ‘morte aos quinta-colunas’” (LIMA, 2009, p. 23).

Não há muitos elementos, segundo a autora, de documentos do DOPS que comprovem reuniões nazistas promovidas por alemães no país, sobretudo em Curitiba. Mesmo assim, muitos foram detidos e enviados ao Rio de Janeiro, por serem considerados um risco à segurança nacional. Eram mantidos presos os líderes de associações teutas enquanto cidadãos comuns eram detidos, fichados e posteriormente liberados por falta de provas. Muitas vezes as denúncias tinham como pretexto o desafeto entre os brasileiros e os teuto-brasileiros, relatados, inclusive, pelo DOPS:

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, que hoje, às 10 horas, efetuei rigorosa busca na casa de ALBERTO SCHLOZLG, de nacionalidade brasileira, reservista de 1ª categoria, possuindo Carteira de reservista no 55, com 44 anos de idade, nascido aos 25 de agosto de 1898, no município de Curitiba, (Pilarzinho), filho de Fernando e Elisa Schlozlg, ambos brasileiros e falecidos. Na referida busca nada foi encontrado que interessasse a esta delegacia. Com referência à existência de fotografias de personagens alemães, nada constatamos, pois que na verdade, existe uma fotografia de um 2º Tte. do Exército Polonês, atualmente lavrador em Londrina por nome Anttonio Borwisoke, sogro de ALBERTO SCHLOZGL. Conforme declarações de ALBERTO, nunca teve em sua residência sela de montaria e, quanto às medalhas, referem-se a santos de sua religião. Ao que ainda constatamos, o denunciado em questão, é ébrio habitual, trabalhando na firma Gutierz Munhoz, atualmente parada por falta de material, como pedreiro. Ao que parece, trata-se de uma questão entre vizinhos e não propriamente de caso político (BIAZETTO, 1944, p. 17)

“Para êles – (...) - todos os que têm nome alemão, embora brilhem na medicina, na engenharia, no comércio, na indústria, passam a ser considerados maus elementos, renegados, traidores, desde o momento que se integraram ao Brasil” (MOOG, 1966, p. 121). Já em um dos principais núcleos de colonização alemã no Rio Grande do Sul, a cidade Santa Cruz do Sul, o professor Olgário Vogt afirma que na década de 30 o idioma alemão era praticado no local de forma bastante natural nas atividades sociais, culturais e religiosas, uma vez que a maioria da população era composta por alemães. Em alguns casos, a língua alemã era praticamente o único idioma falado, como acontecia em locais adjacentes como Rio Pardinho e Monte Alverne. O autor cita a fala de um morador dessas regiões:

As pessoas falavam tudo em alemão na colônia. Quando eu era pequeno, só alemão. Só os tropeiros e os brasileiros que passavam (...). Meu pai também sabia um pouco de brasileiro, aí eles falavam brasileiro, e os outros, as pessoas da colônia, tudo sempre em alemão, só alemão. E quando foi proibido, eles ficaram sentados em casa (Alvino Assmann, 80 anos, Linha São Martinho) (VOGT, 2001, p. 01).

A campanha de nacionalização previa a criação de uma identidade nacional que agregasse, sobretudo, três elementos: o português, o indígena e o africano, algo que não ocorreu como o previsto. Mesmos resistentes, a convivência mútua fez com que a cultura brasileira fosse aos poucos, com ressalva, assimilada pelos alemães. Morando em suas colônias, essa troca acabou por criar uma terceira via, de pessoas que viviam sob a cultura tanto alemã quanto brasileira. Culturalmente viviam numa espécie de fronteira cultural, com limiares tênues. Os teuto-brasileiros, com expressões próprias e hábitos que não são reconhecidos como tipicamente alemães e muito menos genuinamente brasileiros.

Os redutos étnicos no sul do país, onde a maioria das colônias se localizava, não eram vistos com bons olhos, pois ali se localizava o “perigo alemão” que precisava ser combatido. Para isso, o abasileiramento desses grupos era a melhor forma para se resolver a

questão. O termo perigo alemão, utilizado por Gertz, explica que havia uma hipotética ideia de que esses territórios poderiam, em caso de vitória alemã na guerra, ser anexados pela Alemanha ou ficar sob sua influência. Com o golpe do Estado Novo a partir de 1937, essas suspeitas foram devidamente combatidas como já foi explicitado, por meio de decretos-lei. Segundo Vogt, no dia 28 de janeiro de 1942 os delegados de polícia gaúchos receberam a circular de Nº 3 da Repartição Central de Polícia determinando que, a partir daquele instante, quaisquer manifestações que pudessem remeter aos países inimigos fossem proibidas (relatadas anteriormente após a Conferência Panamericana).

As medidas a serem tomadas pelos delegados viriam logo em seguida, na circular de Nº 6, de 09 de Fevereiro de 1942, que orientava os delegados em relação às providências a serem tomadas com aqueles que descumprissem as determinações, como intimações prévias que visassem a cessar o descumprimento da lei, advertência, detenção por vinte e quatro horas, ou encaminhamento dos suspeitos ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para que os infratores fossem recolhidos à Colônia Penal Agrícola. Vogt alerta, no entanto, de que essa circular nem sempre foi observada e cita um exemplo a respeito disso:

Num baile realizado no Salão Grasel, sito à Linha Santa Cruz, foram presos os cidadãos, João N. F. Eifler, Alvin Müller, Nelson Assmann, Silvio Assmann, José Dreschner, José Baumgartem Filho, Carlos Hauth e Francisco Scherer, por estarem falando o idioma alemão em descaso às leis em vigor. Obs.: A diligência foi feita pelo inspetor Mattos e diversos praças, importou em Cr\$ 80.00 (VOGT, 2001, p. 04)

Contudo, Vogt relata abusos cometidos pela polícia na cidade de Santa Cruz, como impostos cobrados apenas de colonos, o chamado “Imposto Policial de Funcionamento”, que cobrava valores abusivos somente de proprietários do interior, temendo que as populações das cidades, mais esclarecidas, pudessem contestar a tal cobrança; venda de supostas ações da Companhia Siderúrgica Nacional por parte de suspeitos que, por meio de ameaças, coagiam os moradores sob a pena de serem associadas à quinta-coluna; prisão e humilhação de colonos que freqüentavam missas, cobrando dos colonos valores abusivos nas cadeias para que pudessem dormir com um colchão, ser alimentados ou dispensados da limpeza de latrinas:

Na cadeia de Santa Cruz também era norma não darem comida aos presos antes de transcorridas as primeiras 24 horas. Assim, acabaram recebendo alimentação gratuita apenas na segunda-feira à noite e terça-feira pela manhã. As demais refeições, portanto, tiveram que ser custeadas pelos próprios colonos. Eles queixavam-se de ter pago Cr\$ 2,00 por um completo sem carne, Cr\$ 3,00 por um prato de sopa, Cr\$ 0,80 por dois pães e Cr\$ 2,00 pelo café da manhã, valores que consideravam abusivos (VOGT, 2011, p. 07).

Outros abusos eram cometidos por civis que, carregados por um sentimento antigermânico e à luz de um sentimento nacional contra o nazismo, tratavam de punir os alemães e descendentes da forma que quisessem. Vogt conta a história de um capataz que era responsável por fazer a manutenção de estradas e que andava pela cidade com um rabo de tatu³ do qual se utilizava para surrar seus adversários:

Outro que foi vítima das atrocidades do capataz de estradas foi o pedreiro Ernesto Goettems. Acostumado a cantarolar enquanto trabalhava, foi um dia desses surpreendido quando, embriagado, cantava canções no idioma alemão. Em decorrência disso, foi agredido por Xiru Balaio que se serviu do seu relho para chicotear o infrator. Depois o pedreiro foi forçado a dar três vivas a Getúlio e, por fim, obrigado a marchar até a cidade para se apresentar à polícia (VOGT, 2011, p. 09)

A psicóloga Angelica Maria Ruiz Mello, no II Congresso Brasileiro de História da Educação, realizado no ano de 2002 na cidade de Natal, elenca outras questões a respeito da Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas na região de Santa Cruz e que merecem atenção. No ano de 1938 já existiam registros de escolas e associações mantidas por imigrantes. A didática e a língua, segundo a autora, eram alemãs. Poucos professores conheciam a Língua Portuguesa. Havia na comunidade um forte sentimento de consciência alemã – *Deutschtum*, uma obediência à cidadania brasileira sem deixar de lado os sentimentos germânicos. Gertz explica bem essa ideia de pertencimento:

Na tradição brasileira, a cidadania é pensada basicamente como uma questão ligada ao território, o que no jargão jurídico é denominado jus soli, isto é, brasileiro é todo aquele que nasce em solo brasileiro. Inversamente, na tradição alemã domina o jus sanguinis, o que significa que se considera “alemão” todo aquele que possui “sangue alemão”, independente do solo em que tenha nascido. Nesse caso, admite-se que uma pessoa pode, juridicamente, ser cidadão de um outro estado que não a Alemanha, mas continuara pertencendo à abstração “povo alemão” (GERTZ, 1994, p. 30)

A partir do ano de 1937, a educação na região sofre um grande impacto, com a proibição de materiais didáticos que não fossem impressos em Língua Portuguesa, juntamente com a proibição e a perseguição da língua estrangeira. Com a imposição na introdução de professores e da língua portuguesa nas escolas ocorre a “destruição generalizada da memória histórica, escrita e a privação do líder comunitário na figura do professor” (MELLO, 2002, p. 06). Muitos jovens, segundo a autora, foram levados a negar sua própria identidade, criando um ambiente anti-escolar e anti-aprendizagem. Para ilustrar a situação, Mello relembra o caso

³ Chibata. Chicote trançado. Geralmente com argolas no cabo e tiras de couro na extremidade utilizado para surrar.

em que inspetores fiscalizavam de maneira incisiva as escolas, logo após a extinção do alemão em sala de aula, prática que deixavam os alunos bastante assustados tamanha era a coação.

O trabalho acadêmico intitulado *Pela Pátria!: A Campanha de Nacionalização repercutida nas páginas do jornal Correio de São Leopoldo durante a Segunda Guerra Mundial*, de Paulo Sérgio de Souza de Azevedo, mostra de que modo o referido jornal interpretou a ideia de nacionalização de Getúlio Vargas na região de São Leopoldo. A cidade disputa, atualmente, com Nova Friburgo, Rio de Janeiro, o título de primeira colônia de imigrantes alemães no país. Azevedo contesta a afirmação de que as medidas restritivas em relação aos alemães tenham surgido durante o período do Estado Novo, sendo possível encontrar ações nacionalistas já na época da Primeira Guerra Mundial: “[...] entre os anos de 1917 e 1919, tivemos a promulgação de medidas que restringiram a atuação da imprensa e das escolas étnicas alemãs” (AZEVEDO, 2011, p. 08).

Porém, o autor concorda que as ações de intervenção foram intensificadas a partir de 1937, período em que ocorre o cerceamento de liberdades individuais. O autor chama à atenção para o fato do periódico de São Leopoldo retratar de modo recorrente a ideia nacionalista de Getúlio Vargas em suas colunas, carregadas de sentimento patriótico em que a população tem o “dever de defender a causa nacional em qualquer circunstância” (AZEVEDO, 2011, p. 13). Afirma também que, apesar de muitos teuto-brasileiros se sentirem mais brasileiros que alemães estes eram vistos com desconfiança e tratados com hostilidade. Eram inimigos em potencial, sendo tratados como “espiões”, “traidores” e “sabotadores”.

A política estado-novista aplicada por Getúlio possuía forte influência sobre os meios de comunicação e setores da cultura, como o cinema e o teatro e, segundo Azevedo, encontrava adesão por parte de grupos de intelectuais que viviam no Rio Grande do Sul, fato este que o autor atribui à forte influência do pensamento positivista no estado, marcado pelo conservadorismo, o que facilitou a assimilação do Estado Novo na região.

Mesmo existindo pequenos movimentos resistentes a essa política estado-novista nos meios de comunicação do Rio Grande do Sul, a radiodifusão teve papel importante na legitimação da política de Vargas. Não se pode atribuir somente ao presidente, segundo o autor, a consolidação do Estado Novo, responsabilidade esta que deveria ser dividida com vários setores da sociedade, como jornalistas, e cidadãos das classes mais populares: “É necessário ponderarmos que muitos jornalistas faziam apologia ao Estado Novo por compatibilidade com o regime, ou ‘pela troca de favores’, se levarmos em conta que o governo Vargas atendeu muitas reivindicações da classe” (CAPELATO, 1999, p. 75)

Outro fator que merece atenção são as comemorações existentes na cidade de São Leopoldo, alusivas ao Dia do Colono, criado em 1934, período em que Flores da Cunha era o interventor federal na região, cujas comemorações foram afetadas significativamente com a criação do Estado Novo e, posteriormente, com a nomeação do General Daltro Filho, “o qual ficou poucos meses no cargo, sendo logo substituído pelo Coronel Cordeiro de Farias, em março de 1938, que, de forma intensa, se caracterizou por disseminar a campanha de nacionalização” (AZEVEDO, 2011, p. 28).

Há de se levar em consideração, no entanto, que elementos indicativos das inclinações políticas de Getúlio em relação ao nazismo e ao fascismo antes do Estado Novo ainda podem ser encontrados no Estado Novo. Durante a Segunda Guerra Mundial Getúlio Vargas mostra todo o interesse pela ala germânica na guerra, como pode ser observado em seu discurso do dia 11 de Junho de 1940, pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitânea da esquadra nacional, intitulado *No limiar de uma nova era*:

A ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estereis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitue a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas. Não há mais lugar para regimes fundados em privilégios e distinções; subsistem, somente, os que incorporam toda a Nação nos mesmos deveres e oferecem, equitativamente, justiça social e oportunidades na luta pela vida (VARGAS, 1940, p. 333-334)

Outro ponto destacado por Azevedo em relação à campanha nacionalista do presidente está relacionado aos fatores pedagógicos dessa política, cujo intento era a doutrinação dos mais jovens, convocando-os a se tornarem bons brasileiros. A educação de jovens, segundo o autor, ia além do ensino baseado nos moldes militares; envolvia, ainda, a preocupação com a ordem, a rigidez, o tratamento da moral e da educação sexual.

Após a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a hostilidade em relação aos alemães e aos teuto-brasileiros ganha força. Azevedo exemplifica esse momento ao relatar as notícias de outros periódicos, como a *Revista do Globo*, que circulava em Porto Alegre, que trazia em suas páginas matérias carregadas de nacionalismo como, por exemplo, um texto que possuía a

imagem de uma professora repreendendo um aluno por ter citado o seu sobrenome germânico e não o seu nome:

O garoto ‘personificava’ o descendente de alemães – loiro, de olhos claros, evangélico – e se chamava Germano Hermann, porém estava acostumado a ser chamado de Hermann, fato reprimido pela professora. Apesar disso, a coluna da revista comenta que mesmo com tantos traços germânicos era possível que o garoto se tornasse, mediante a educação, um ‘bom brasileiro’, que cantaria com ‘entusiasmo o Hino Nacional, ao fim de cada aula’ (AZEVEDO, 2011, p. 34).

O historiador e professor Nilson Thomé afirma que no caso de outro estado do sul do país, Santa Catarina, o fato de não existir uma maior quantidade de descendentes de alemães falando a sua língua-mãe deve-se ao fato da forte política de nacionalização empregada por Vargas também naquela região. Além das proibições de se falar alemão, sobretudo nas escolas públicas, várias foram as queixas à época, segundo o professor, de “perseguições aos alemães, de interceptação de correspondência particular, de jornais, revistas, programas de rádio [...] que tinham por hábito a língua alemã” (THOMÉ, 2007, p. 13).

Atribuía-se ao professor, um forte papel na questão da nacionalização proposta pelo governo. O autor entende que a reforma do ensino chamada Capanema, no ano de 1942, “foi uma tentativa governamental de inserir no ensino secundário este mecanismo, fundamentado numa ideologia política definida com conotações de patriotismo e nacionalismo, de caráter fascista” (THOMÉ, 2007, p. 15). O então interventor no estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, determinou o fechamento de escolas particulares, interditando as escolas primárias, demitindo professores e transformando as escolas em municipais, fato que, segundo o autor, contribuiu para a destruição generalizada e indiscriminada da memória histórica regional:

Foram destruídos livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos daquele período. Esta destruição foi efetivada tanto pelos agentes oficiais, que estavam a serviço da Nacionalização, quanto pelos próprios imigrantes, e seus descendentes teutos [...] como uma atitude de auto-defesa (THOMÉ, 2007, p. 21).

No município de Joaçaba, a imprensa local deixava evidente o rumo que a educação deveria tomar: “Ensinemos [...] aos filhos dos colonos [...] a grandeza da nossa pátria. [...]. Esta terra generosa que recebeu os seus pais, que os viu nascer – não os quer estrangeiros. (O CRUZEIRO, apud THOMÉ, 2007, p. 23). A perseguição sistemática aos inimigos do Eixo era constante. O Decreto-Lei de Nº 4.166, de 11 de Março de 1942 determinava, por exemplo, sem nenhuma justificativa aparente, o confisco de bens dos súditos alemães, japoneses e italianos:

Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália (BRASIL, 1942)

Azevedo destaca que era inexistente a possibilidade de uma convivência pacífica de outra identidade que não estivesse de acordo com o sentimento de unidade nacional. Ou existia o bom brasileiro ou o “derrotista”, “traidor”, “comparsas degenerados” e “vampiros da quinta-coluna”, expressões recorrentes nos jornais em circulação no Estado do Rio Grande do Sul à época da guerra, como o *Correio de São Leopoldo*. Outras publicações, como o *Jornal do Estado*, (AZEVEDO, 2011, p. 39), enfatizavam o rompimento diplomático do Brasil com o Japão e a Alemanha e o *Correio do Povo* (Azevedo, 2011, p. 43), tratava do torpedeamento de navios brasileiros.

No entanto, como bem explicita a historiadora Paula Andreczevski Chaves, ao reproduzir em seu artigo o trecho do primeiro periódico impresso em alemão de Santa Catarina, o *Kolonie-Zeitung*, no lado da imprensa teuto-brasileira, a questão da convivência pacífica era vista de maneira diferente:

Os portugueses, espanhóis, franceses e italianos ainda são aceitos, porque se julga ver neles os ancestrais romanos. É verdade que os mesmos se amalgamam muito mais facilmente com a população em geral, do que o alemão imigrado e seus amigos. O alemão conserva seus costumes e tradições e principalmente sua língua. Justamente este é o maior horror para os nativistas e eles se portam como se o falar uma outra língua trouxesse a incapacidade para o cumprimento dos deveres do cidadão, como se o cidadão de língua alemã fosse um ser de classe inferior, do qual pode-se fazer, orgulhosamente, pouco caso, que pode ser ridicularizado e caçoado [...]. Quando o alemão deixa o seu país não o faz como principalmente o português, com a intenção única de ganhar tanto dinheiro em terra estrangeira que, voltando com o que conseguiu à velha pátria, possa desfrutar de uma vida despreocupada ou pelo menos, poder comprar um patrimônio na velha pátria com o dinheiro conseguido. Quando o alemão emigra, é que o firme propósito de lá, onde fizer sua existência, fixar-se e conservar para si e seus filhos a nova pátria. Ele queima as pontes atrás de si e torna-se cidadão da nova terra por ele escolhida, cumpre com escrupulosidade alemã todos os deveres que lhe são impostos em sua nova pátria, mas quer também com sentimento alemão de justiça ter todos os direitos de cidadão, ele quer ser considerado e respeitado pela população nativa como merece seu fiel senso de cidadão. (KOLONIE-ZEITUNG apud CHAVES, 2003, p. 28)

Com a campanha varguista de nacionalização, ficam evidenciados os conflitos entre os termos, pátria, nação, nacionalidade, brasileiro e teuto-brasileiro. Para o Estado não existe outra opção a não ser brasileiro todo aquele que nasceu em território nacional, não podendo existir, portanto, a figura do teuto-brasileiro.

Chaves atribui ao militar Rui Alencar Nogueira a autoria e a divulgação de algumas expressões utilizadas na Campanha de Nacionalização empregada no Vale do Itajaí, como

“Aprenda e fale sempre a língua nacional”, “Fale a língua nacional para ser atendido” e “Quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou traidor” (CHAVES, 2003, p. 37). Aliás, importante foi o papel do exército na consolidação da Campanha de Nacionalização. Buscava atingir a população através de valores nacionais, como a organização de:

(...) grupos de escoteiros, com o objetivo de influenciar as crianças alemãs com o espírito cívico brasileiro; interviu diante das bibliotecas públicas forçando-as a incluírem em seus acervos livros sobre o Brasil; organizou palestras cívicas em fábricas, e também distribuía bandeiras do Brasil, panfletos contendo o hino patriótico. (CHAVES, 2003, p. 40).

Com as repressões e sistemáticas intervenções do governo, os teuto-brasileiros, segundo a autora, acabaram por isolarem-se cada vez mais em suas colônias, onde o conhecimento da Língua Portuguesa tornou-se cada vez mais precário. Os ambientes de trabalho e outras esferas sociais ficaram comprometidos, uma vez que os teuto-brasileiros, os “quinta-coluna” - termo utilizado para designar grupos clandestinos que trabalhavam dentro do território, facilitando a invasão armada de outro país - eram vistos como inimigos do povo. Com o abandono da língua alemã nas escolas e em outros ambientes da sociedade, muitos operários deixaram os seus locais de trabalho para retomar as atividades agrícolas nas colônias, afastando-se cada vez mais do convívio com os brasileiros. “[...] em cada fábrica existiam um ou mais soldados encarregados de vigiar os operários e impedir que usassem a língua alemã” (CHAVES, 2003, p. 42).

A pesquisadora Valéria Contrucci Mailer, em seu trabalho intitulado *O Alemão em Blumenau: uma questão de identidade e cidadania*, aprofunda a questão quando relembra o fato das prisões arbitrárias de todos aqueles que manifestavam, de alguma forma, a sua origem alemã: segundo Mailer, é comum ouvir histórias em Blumenau de prisões arbitrárias ou atos de torturas contra os imigrantes. “Mas o mais significativo por essa ocasião foi o silenciamento de toda a comunidade com a proibição da língua.” (MAILER, 2003, p. 28).

A autora também relembra que, com a Campanha de Nacionalização, muitas ruas e estabelecimentos tiveram os seus nomes alemães modificados. Mailer ilustra ao longo de sua pesquisa pelo menos cinquenta locais que tiveram seus nomes alterados. *A Deutsche Schule Altona*, por exemplo, deu lugar à Escola Básica Municipal Machado de Assis; no lugar da *Wurststrasse*, agora existe a Rua 15 de Novembro (MAILER, 2003, p. 87). No entanto, a autora identifica que passados mais de sessenta anos desse silenciamento cultural, ainda é possível encontrar pela cidade de Blumenau nomes de estabelecimentos que remetem à

origem teuta e empresas recentemente criadas que fazem questão de carregar nomes de origem alemã no município.

A língua alemã voltou a ter espaço em instituições de ensino, mas ainda de forma muito restrita. Há alguns programas de rádio também em alemão. Para Mailer, a língua alemã se transformou em uma língua de oralidade, recurso utilizado nas colônias para que ela não desaparecesse, o que garantiu a sua permanência até os dias de hoje, “porque a oralidade é fluída e mais difícil de reprimir” (MAILER, 2003, p. 30). Mesmo assim, a população urbana e mais jovem da cidade já fala o alemão com certa dificuldade ou não fala, diferentemente do que ocorre na zona rural, onde a língua alemã é encontrada mais facilmente.

Mailer acredita que os sentimentos nacionalistas e xenofóbico estiveram voltados às populações que não iam ao encontro de um modelo lusitano imposto: “primeiramente os índios, em seguida os negros e por último, os imigrantes” (MAILER, 2003, p. 44). O trabalho braçal, a religião protestante e a língua foram, segundo a pesquisadora, elementos que contribuíram para a marginalização do imigrante, levando-o a uma condição de exclusão. Avançando na análise do Estado Novo, Dulce Pandolfi, traz elementos importantes que possibilitam a compreensão desse importante momento da história brasileira. Em sua obra *Repensando o Estado Novo*, a autora afirma que, ao implantar o novo regime em 1937, Vargas cercou-se de poderes excepcionais: “As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos” (PANDOLFI, 1999, p.10).

Giralda Seyferth, em seu trabalho *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo* também enfatiza este período do país. A partir da década de 30, as práticas voltadas para a imigração e para o imigrante, mostram uma preocupação com as questões culturais e raciais, tendo a Campanha de Nacionalização como pano de fundo. A imposição de uma língua nacional pretende um abasileiramento sociocultural, partindo de uma situação heterogênea para uma homogênea. Segundo a autora, as primeiras medidas de natureza nacionalizadora foram tomadas já na Primeira Guerra Mundial, atingindo escolas primárias particulares com o ensino alemão. Se por um lado a campanha nacionalista de Vargas atingiu de forma significativa as questões de organização comunitária nas colônias, por outro não conseguiu impedir que os sentimentos de etnicidade desaparecessem: “Apesar desse inconformismo, a repressão direta não chegou ao espaço doméstico, exceto durante a intensificação interventora junto à população de origem alemã [...]” (SEYFERTH, 1999, p. 223). O Estado Novo precisava, de alguma forma, garantir a homogeneidade nacional e fez isso primeiro pela restrição da língua e, segundo, por imposições por meio do Exército: “só um estado autoritário poderia [...] propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes

[...] para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação” (SEYFERTH, 1999, p. 225).

O artigo de Bibiana Werle, intitulado *Memória da campanha de nacionalização nas regiões de imigração alemã*, apresentado no XI Encontro Nacional de História Oral, em julho de 2012, afirma que o plano do governo Vargas era negar “qualquer possibilidade de identificação que não fosse a proposta pelo regime, apenas admitir a unidade nacional” (WERLE, 2012, p. 03).

3 VIANNA MOOG E AS QUESTÕES ALEMÃS NA LITERATURA

Olgario Paulo Vogt, em seu artigo *O Alemanismo e o “Perigo Alemão” na Literatura Brasileira da Primeira Metade do Século XX* (2007) traz informações relevantes a respeito da obra de Vianna Moog para a análise deste trabalho. Nas primeiras décadas do século XX no país, mais precisamente na região sul do Brasil, o tema da colonização alemã esteve presente em algumas obras, como a analisada por essa dissertação.

Um Rio Imita o Reno, escrito na primeira metade do século XX, à luz da Segunda Guerra Mundial e dos fantasmas do nazismo. Situado na região sul do país, onde a imigração alemã, em grande parte, encontra-se presente, serve de local propício para a realização dessa obra que trata basicamente do preconceito – e principalmente o racial – e que veremos ao longo do presente trabalho. É necessário, no entanto, traçar um breve panorama acerca da obra e de seu referido autor:

3.1 CLODOMIR VIANNA MOOG

Clodomir Vianna Moog foi jornalista, escritor, advogado, romancista e ensaísta. Nasceu na cidade de São Leopoldo no ano de 1906. Após os estudos primários, cursou o ginásio na cidade de Porto Alegre. Formou-se em Direito no ano de 1930 enquanto trabalhava como agente fiscal. Vianna Moog participou da política, por meio da Aliança Liberal sob à luz da Revolução de Outubro de 1930. Após esse período, passou a atuar como jornalista. Por meio de colunas do *Jornal da Noite*, combateu o tenentismo.

Participante da Revolução Constitucionalista de 1932, Vianna Moog é preso e transferido da capital do Rio Grande do Sul para a capital do Amazonas, depois Teresina, voltando logo então a Manaus. O período de permanência de Vianna Moog longe do Rio

Grande do sul, “exilado” dentro de seu próprio país, bem como as implicações desse período de exclusão, pode ser encontrado em sua obra, *Um Rio Imita o Reno* (1939), que será visto adiante. No Amazonas escreveu outros dois livros: *Heróis da Decadência – Petrônio, Cervantes, Machado de Assis* (1939) e *O Ciclo do Ouro Negro* (1936).

Após a anistia, concedida pelo Congresso Nacional em 1934, volta a Porto Alegre e passa a dirigir o jornal vespertino *Folha da Tarde*. Durante esse período escreve outro livro, *Novas Cartas Persas* (1937). Seu auge literário pode ser apontado a partir do Golpe de 1937, ano em que se inicia no país o período conhecido como Estado Novo.

Em 1938 escreve mais dois livros: *Eça de Queirós e o Século XIX* (1938) e *Um Rio Imita o Reno* (1938), tendo este último conferido ao autor, no ano de 1939, o Prêmio Graça Aranha.

Promovido no ano de 1942 ao quadro de agente fiscais do Distrito Federal, realizou no Itamarati uma conferência a respeito das interpretações da literatura brasileira, traduzida para diversos idiomas. A convite de uma fundação, permaneceu por oito meses nos Estados Unidos e durante esse período escreveu artigos para o *New York Herald*. No ano de 1945 foi eleito para a cadeira número 4 da Academia Brasileira de Letras.

Entre os anos de 1946 e 1950 prestou serviços à Delegacia do Tesouro em Nova York, período em que começou a escrever uma biografia de Abraham Lincoln. No mesmo ano de 1950, passou a ser o representante do Brasil nas questões relacionadas à Comissão de Assuntos Sociais das Nações Unidas. Em 1952 foi eleito para o Conselho Internacional de Cultura junto à Organização dos Estados Americanos, no México, onde permaneceu por dez anos como presidente. Em 1963 foi eleito para o Conselho Superior do Instituto Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Social. No ano de 1969 renunciou ao mandato na Comissão da Organização dos Estados Americanos, aposentando-se logo em seguida.

Vianna Moog, em sua obra *Um Rio Imita o Reno*, narra, de forma contundente não apenas ao germanismo presente no Rio Grande do Sul, como também dá indícios da política nacionalista exercida por Getúlio Vargas. Trata ainda de questões relacionadas tanto à adaptação de parte dos alemães e seus descendentes como também dos relacionamentos com pessoas e fatores externos às colônias, como as relações existentes entre o personagem Geraldo e a comunidade local.

Moog, no prefácio de seu livro, deixa clara a questão da obra ter sido escrita em plena época do nazismo: “Apareceu na hora certa, nem antes, nem depois” (MOOG, 1966). O romance, que utiliza a questão do preconceito de raça, serve para denunciar também os sentimentos existentes em relação aos “quinta-coluna”. De antemão torna-se importante frisar

que Vianna Moog retrata em sua obra a existência de ressentimentos em relação aos alemães e vice-versa. O viés proposto por Vianna Moog é o de mostrar a existência do perigo alemão. O escritor dá, por meio de relatos a respeito da repercussão de sua obra, indícios de como a questão foi tratada à época bem como o seu posicionamento em relação à política aplicada por Getúlio Vargas e as opiniões do autor em relação à questão alemã:

E como se tudo isso não bastasse, um fato de todo imprevisto veio soprar forte nas velas do meu barco: o protesto da Embaixada alemã junto ao Itamarati. Sim, por incrível que pareça, o Embaixador alemão saiu-se de seus cuidados para reclamar do nosso Governo a imediata apreensão do meu romance, por ofensiva aos brios do *III Reich*. Até que ponto essa reclamação terá aumentado a saída é coisa que ignoro. O que sei é que esse episódio, entre os fatos, e circunstâncias relacionados com Um Rio Imita o Reno (sic), é positivamente do meu agrado. Digo mais, nem o prêmio Graça Aranha, nem a cobertura da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul. Nem mesmo mais tarde, a confiança do meu amigo Marechal Cordeiro de Farias, atribuindo a Um Rio Imita o Reno o poder de convencê-lo a promover com Coelho de Sousa a nacionalização do ensino no sul do Brasil, produziram em mim maior satisfação. [...] Quando me contaram que um simples contador de histórias das margens do Rio dos Sinos estava constituindo uma ameaça para o *III Reich* [...] não sei como não sucumbi de importância. (MOOG, 1966)

As declarações acima relatadas por Moog são indícios mais do que suficientes para entender o propósito de sua obra e em quais sentimentos e ideais ela se apoiou à época de sua confecção. A estreita amizade entre o escritor e o marechal Cordeiro de Farias (que, durante o período como interventor do Rio Grande do Sul, determinou que todas as escolas alemãs do estado se nacionalizassem confirmando a disseminação da Campanha de Nacionalização por parte do interventor, como já visto anteriormente) é um dos primeiros sinais de como o autor se posicionou diante da questão do nazismo no Brasil.

Outros elementos também corroboram para esse entendimento, como a ironia empregada pelo autor ao relatar a reação da Embaixada alemã, do orgulho de sua obra ter servido como inspiração para a campanha de nacionalização na região e da ironia presente em seu discurso ao saber que um simples escritor suscitava repúdio por parte do governo alemão e do *III Reich*. Ao longo de suas explicações iniciais, Moog fortalece as preocupações existentes em relação ao “perigo alemão”:

Desde que os perigos andavam no ar [...] era a bem dizer inevitável que a consciência nacional, de repente, despertada para a realidade que nos ameaçava e que nossos governos nunca tratavam a sério de combater ou erradicar, acabasse por oferecer ao livro tão boa acústica. (MOOG, 1966)

Por outro lado, há de se chamar a atenção para outra questão. Tendo ou não a intenção, Moog, por meio de sua obra, coloca à tona a existência não apenas do preconceito

contra alemães e seus descendentes, mas também das problemáticas relações existentes entre brasileiros e estrangeiros. Se a intenção de Vianna Moog era a de apenas mostrar o preconceito dos alemães em relação aos brasileiros, sem querer deixar aberta uma fresta na porta que mostra que a questão não é bem essa, se vista sob os atuais olhares da contemporaneidade. Um problema apontado por Moog, no entanto, persiste nos dias atuais: a existência de preconceitos raciais amplamente ilustrados no decorrer deste trabalho.

Não menos importante é preciso lembrar-se, no entanto, da época em que a obra foi escrita, para que seja possível ter uma noção global sobre as questões levantadas no livro, não incorrendo em análises equivocadas. O Brasil vivia um sentimento de repulsa ao alemão e tudo o que o nazismo que representava, mesmo que alemães não fossem simpatizantes ao regime de Hitler. Como já foi visto, ser alemão era sinônimo de inimigo e o ressentimento era grande, algo que poderá ser visto no decorrer da análise da obra de Moog.

Uma última questão precisa ser levantada. Vianna Moog é teuto-brasileiro e por ser descendente de alemães, poderia se pensar que as suas opiniões em relação às questões da nacionalização e do “perigo alemão” pudessem ser diferentes, o que não será refutado por meio da análise da obra. Com isso, Moog mostrará o sentimento que possui em relação a si mesmo com as questões de pertencimento: Moog é mais simpatizante com os sentimentos brasileiros que germânicos.

3.2 UM RIO IMITA O RENO: PROPOSTA DE ANÁLISE

Para Vogt, o autor de *Um Rio Imita o Reno* “denuncia a penetração da ideologia nacional-socialista entre os teuto-descendentes gaúchos e prega a necessidade de nacionalização das populações das áreas de colonização germânica do Rio Grande do Sul” (VOGT, 2007, p. 248). Se de um lado o livro de Moog provocou reações por parte da embaixada alemã, por outro teve uma maciça aceitação por parte do governo brasileiro que, por meio de secretarias de educação do Rio Grande do Sul quanto de Santa Catarina, permitiu que o livro fizesse parte da listagem de exemplares distribuídos nas bibliotecas das escolas dos referidos estados.

Um Rio Imita o Reno apresenta diversos cenários, tendo como anteparo sempre sentimentos de não-pertença e questões relacionadas ao preconceito racial. A obra elenca também fatores relacionados ao totalitarismo, cuja definição para Hanna Arendt, é a de um regime que “destruiu a própria alternativa sobre a qual se baseiam, na filosofia política, todas

as definições da essência dos governos, isto é, a alternativa entre o governo legal e o ilegal, entre o poder arbitrário e poder legítimo” (ARENDDT apud VICENTE, 2012, p. 93). As misturas étnicas e as diferenças culturais também fazem parte do romance, que é dividido nas quatro estações do ano: primavera, verão, outono, e inverno.

A própria subdivisão do romance em estações pode levar o leitor a indagar-se a respeito das intenções do autor: a de querer talvez mostrar, de maneira mais poética, a transitoriedade da vida humana, com suas opiniões ao longo de sua existência, ou algo menos metafórico e mais palpável, como as alternâncias de posicionamento político adotadas por Getúlio Vargas, que ora se mostrava um populista, ora um ditador. Principalmente em relação aos assuntos referentes às históricas e arraigadas formas de preconceito existentes em nossa na sociedade.

Vianna Moog nos entrega de antemão algumas indicações a respeito da obra e o que pretende: o livro trata de “um amor contrariado por preconceitos de raça” (MOOG, 1966). O autor também justifica a obra como um alerta para os perigos da “quinta-coluna”.

Outra indicação a ser considerada é de que na obra, o caminho feito pelo personagem é o oposto, se comparado ao percorrido pelo autor: o engenheiro do Romance deixa o Amazonas em direção ao sul do país enquanto Vianna Moog, no período em que foi preso, foi transferido do Rio Grande do Sul para o norte do Brasil. Outra questão que pode ser especulada pelo leitor é justamente o nome da cidade: ao se utilizar da terminação “MENTAL” no nome da cidade fictícia tratada na obra (Blumental), poderia ocasionar algumas dúvidas ao leitor: será que a obra usaria a cidade de Blumenal, Santa Catarina, como elemento comparativo? Ou de que a terminação *mental* do qual Vianna Moog faz uso não serviria justamente para falar de mente ou mentalidade, querendo, com isso, alertar o leitor de que é preciso estar atento ao estado psicológico dos personagens e até mesmo à mentalidade de cada um deles em relação aos preconceitos existentes no decorrer do romance? Ou de que o livro surgiu em uma época bastante oportuna, em pleno período de guerra, revoltas e de movimentos atentatórios à humanidade, como o nazismo, sendo urgente a necessidade de se mudar a maneira de se pensar e de se julgar as pessoas, independentemente de suas raças?

A oportunidade da existência da obra nesse período, afirmada por Moog no prefácio do livro, confirma justamente a intenção do autor, que é a de alertar para um “perigo germânico” existente no país.

Como dito anteriormente, *Um Rio Imita o Reno* surge em plena época do nazismo. No ano de 1938, período em que o livro foi escrito, além dos judeus, cristãos também passam a sofrer perseguições sistemáticas na Alemanha. No mesmo ano o Brasil vivia o período do

Estado Novo com o presidente Getúlio Vargas. Alguns comandantes do então presidente nutriam certo apreço pelo movimento nazista no país.

Em nome desses sentimentos nacionalistas apontados por Moog, um fato merece atenção: a visita, em 1940, do então presidente Getúlio Vargas à cidade de Blumenau, onde declararia no teatro Carlos Gomes, por ocasião de um banquete oferecido pela municipalidade, um discurso intitulado “*O Sentimento de brasilidade em Blumenau*”, cujo trecho encontra-se a seguir:

O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos dos primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação. (...) Porém, ser brasileiro, não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: o Brasil nos deu pão; nós lhe daremos o nosso sangue (VARGAS, 1940 p. 198)

Ao viajar para Santa Catarina, Vargas parece demonstrar o intuito de eliminar qualquer ideia contrária à nacionalização, até mesmo com a intenção de abafar possíveis dissidências na região sul do país utilizando, se necessário, a força (vide a subserviência existente em “acatar as autoridades”, no trecho acima citado).

Em seu discurso, acrescentam-se outros pontos, como o fato das correntes imigratórias selecionadas terem fortalecido a organização nacional; dos boatos que existiam no país de um lugar onde ainda não se falava a língua nacional; dos sentimentos de brasilidade que estavam amortecidos; do desejo de todos em viver como bons brasileiros. Sobre o fato de vários colonos não falarem o português, Vargas justifica o motivo:

Dir-se-á que custaram muito a assimilar-se à sociedade nacional, a falar a nossa língua. Mas a culpa não foi deles; a culpa foi dos governos que os deixaram isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações. Aquilo que os colonos de então pediam era binômio de cuja resultante deveria sair a sua prosperidade. Só pediam duas coisas: escolas e estradas, estradas e escolas. (VARGAS, 1940, p. 196)

Blumenau, segundo relatado no próprio discurso, contava com uma população de aproximadamente cinquenta mil habitantes e trezentas fábricas. O presidente atribui a essa população e aos que haviam chegado ao Vale do Itajaí em anos anteriores tamanha pujança e prosperidade da região.

Um Rio Imita o Reno, escrito em plena época do nazismo, trata de questões delicadas até mesmo para os dias atuais, como o preconceito e mais especificamente o racial. O livro

conta a história de um engenheiro do Amazonas, Geraldo Tôrres, filho de um pai nordestino que foge da seca no Ceará para trabalhar em seringais no Amazonas e de uma mãe índia amazonense.

Geraldo é transferido para Blumental, para realizar o trabalho de saneamento do rio que percorre a região, tentando minimizar a epidemia de tifo que castigava a localidade. Uma pausa para reflexão: ora, se Blumental é uma cidade pujante, como é enaltecida por alguns personagens, como ela teria tifo, uma doença que ocorre, em grande parte, em locais subdesenvolvidos onde geralmente as condições sanitárias são péssimas? Na obra, Vianna Moog, destaca elementos a respeito da colonização alemã e mais além, quando trata de modo especial das questões de identidade, pertença e preconceito racial. A chegada do engenheiro na cidade desencadeará diversos problemas na comunidade, possibilitando que saltem à superfície as diferenças culturais e o preconceito, sendo possível analisar a comunidade em questão, suas diferenças culturais, noções de grupos e identidade. A ideia de superioridade de um povo em relação a outro é tratada pelo autor de modo bastante minucioso no romance.

O período em que o engenheiro permanece na cidade serve para explicitar questões relacionadas ao preconceito racial em suas várias vertentes, tanto em relação a um sentimento de germanismo presente nas colônias alemãs instaladas no sul do país quanto das demais pessoas que nesses locais se instalam.

A obra trata da integração e também da desintegração cultural entre brasileiros, alemães e os teuto-brasileiros ou germano-brasileiros. O rio que imita o Reno, em questão, pode ser o Rio dos Sinos, que passa por várias cidades do Rio Grande do Sul, entre elas Novo Hamburgo e São Leopoldo. Talvez uma dessas cidades possa ter servido de inspiração para o autor construir o cenário de sua obra, porém essa afirmação não encontra respaldo. O local, para o personagem do engenheiro, no entanto, lembra o Reno: “Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno” (MOOG, 1966, p. 15).

3.3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS A RESPEITO DO ROMANCE

Nas análises a seguir, procurará se demonstrar que, à luz de uma leitura contemporânea, a obra de Vianna Moog revela embates mais complexos do que a simples denúncia do chamado perigo alemão. Não menos importante, fazer uma análise do narrador e suas relações com os personagens principais de *O Rio Imita o Reno*. Torna-se importante analisar algumas passagens, principalmente o modo como os personagens são retratados, bem como suas opiniões e qual é posicionamento não apenas do narrador em relação a esses

personagens principais, mas também uma breve análise dos posicionamentos dos mesmos dentro do contexto do romance. O narrador assume o ponto-de-vista do personagem principal? Em relação aos demais, o narrador os trata de maneira a identificar-se com os mesmos ou aplicam a eles aspectos caricaturescos, de forma a parodiar ou até mesmo de zombar das opiniões que apresentam? Para tanto foram escolhidas algumas passagens que podem responder a essas indagações e que serão analisadas na sequência, não sem antes levantar alguns questionamentos relevantes.

Como já foi salientando por Santos (1999) o fenômeno a ser observado atualmente é a crise do estado. Slavoj Žižek, em *Um mapa da ideologia*, também observa esse fenômeno na contemporaneidade. Para ele estaríamos assistindo hoje o “fenecimento do Estado Nacional tradicional, baseado na ideia do cidadão abstrato, identificado com a ordem jurídica constitucional” (ŽIŽEK, 1996, p. 8). Tangenciando algumas das indagações de Hall ele assevera que “de um lado, existem as novas comunidades étnicas emergentes”, porém elas não seriam “propriamente Estado, no sentido europeu da era moderna, uma vez que não cortaram o cordão umbilical entre o Estado e a comunidade étnica” (ŽIŽEK, 1996, p. 8). Por outro lado, segundo o autor, “existiriam os múltiplos vínculos transnacionais, desde o capital multinacional até os cartéis da máfia e as comunidades políticas interestatais (a União Européia)” (ŽIŽEK, 1996, p. 8).

Essa questão é relevante na medida em que o que ocorre agora parece ser o oposto do que estaria ocorrendo durante o Estado Novo, quando todos os esforços concorriam para o fortalecimento do Estado, mediante uma política integradora. Em ambos os casos, no entanto, parece repetir-se a desigualdade e a exclusão, seja pela integração subordinada seja pela exclusão propriamente dita.

Nas páginas seguintes buscar-se-á entender essa questão analisando diretamente algumas passagens da obra de Vianna Moog tendo como norte algumas ideias propostas por Homi Bhabha na obra *O local da cultura*. O que é importante entender nesse caso é que, enquanto em Vianna Moog o Estado é o responsável pela desigualdade e exclusão, na contemporaneidade é o vazio deixado pelo enfraquecimento do poder estatal e o surgimento de uma nova força materializada pelas grandes corporações multinacionais. Neste particular, a contribuição de Bhabha é relevante, uma vez que ele entende essa questão no contexto de uma temporalidade mais ampla, dando exemplos que o processo de desenraizamento e hibridização já acontecia desde meados do século XIX:

A emergência da última fase da nação moderna, a partir de meados do século XIX, é também um dos mais duradouros períodos de migração em massa no Ocidente e de expansão colonial no Oriente. A nação preenche o vazio deixado pelo desenraizamento de comunidades e parentescos, transformando essa perda na linguagem da metáfora. A metáfora, como sugere a etimologia da palavra, transporta o significado de casa e de sentir-se em casa através da meia-passageira ou das estepes da Europa Central, através daquelas distâncias e diferenças culturais, que transpõem a comunidade imaginada do povo-nação. (BHABHA, 2005, p. 199).

A nação emerge, então, para preencher o vazio deixado por essas grandes migrações em massa. Bhabha não está interessado no discurso do nacionalismo: “de certa forma é em oposição à certeza histórica e à natureza estável deste termo que procuro escrever sobre a nação ocidental como uma forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura” (BHABHA, 2005, p. 202). No caso brasileiro o pensamento a respeito do processo de integração do alemão remete a um pensamento de Bhabha quando afirma que, ao imigrar o alemão queima as pontes atrás de si e torna-se cidadão da nova terra por ele escolhida [...] quer ser respeitado pela população nativa como merece seu fiel senso. Contudo, ao lado dessa “queima de pontes” o alemão conserva seus costumes e tradições e principalmente sua língua”. Ou seja, a ponte é mantida metaforicamente na intimidade das tradições e da língua. Ao trazer a exterioridade para a interioridade da nação brasileira produz-se uma familiaridade estranhamente cindida. Ora, é justamente este estranhamento que Geraldo se depara ao percorrer as ruas de Blumental:

Sua atenção se concentrava no estilo das casas. Identificava-as de acordo com os conhecimentos que guardara de arquitetura, em que de resto nunca chegara a especializar-se nos anos da Politécnica. Eram quase todas de tipo alemão; umas quadradas, lisas, outras com telhados em bico e a janelinha encaixada abaixo do vértice; outras ainda com sacadas de pedra mal entreabertas para a rua. (MOOG, 1966, p. 09)

O estranhamento de Geraldo diante da arquitetura germânica faz com que ele se sinta estrangeiro em sua própria terra. É possível detectar também que essas construções servem para reforçar a existência de uma atividade negadora da brasilidade ou como sugere Bhabha:

A atividade negadora é, de fato, a intervenção do “além” que estabelece uma fronteira: uma ponte onde o “fazer-se presente” começa porque capta algo do espírito de distanciamento que acompanha a re-locação do lar e do mundo – o estranhamento [*unhomeliness*] – que é a condição das iniciações extraterritoriais e interculturais. Estar estranho ao lar [*unhomed*] não é estar sem-casa [*homeless*] (2005, p. 29).

A sensação de estranhamento também ocorre quando Geraldo percorre o olhar pelas placas e letreiros dos estabelecimentos comerciais:

Depois a atenção do engenheiro voltou-se para as placas e letreiros onde procurava decifrar os dizeres: *Apotheke, Schumacher, Backerei*. [...] No outro lado da rua, tomando todo o quarteirão, via-se um letreiro muitas vezes repetido: KREUTZER IRMÃOS. Embaixo sucediam-se grandes armazéns de ferragens, de fazendas e armarinhos, de joias e bijuterias, de calçados, amplos depósitos de fumo, de ervamate, de secos e molhados. (MOOG, 1966, p. 9-10)

O estranhamento provocado por uma nação no interior de outra nação estabelece uma fronteira ou uma ponte entre dois mundos. Na acepção de Bhabha, esse espaço intervalar, representado pela fronteira, possibilita a emergência de um local de embates, nem sempre consensuais, entre as variadas culturas, que, por sua vez, introduz um processo de diferenciação, distinto daqueles processos citados por Santos, uma vez que não ocorre nem homogeneização das diferenças (o seu apagamento) nem tampouco a exclusão das diferenças. Neste particular a imagem da cidade, como um pedaço da Alemanha encravada no Brasil, remete uma passagem em que Bhabha cita Levinas:

A imagem estética da cidade “descortina um tempo ético de narração porque, escreve Levinas, “o mundo real aparece na imagem como se estivesse entre parênteses”. [...] a perspectiva parentética de Levinas é também uma visão ética. Ela efetua uma “externalidade do interior” como a própria posição enunciativa do sujeito histórico e narrativo, “introduzindo no âmago da subjetividade uma referência radical para o outro que, na verdade, constitui a interioridade do sujeito” (LEVINAS, apud BHABHA, 2005, p. 38).

Essa perspectiva que denuncia a posição do sujeito histórico é observável também na perspectiva do narrador. De fato, no começo da caminhada de Geraldo pela cidade, o narrador interpunha ao seu olhar à perspectiva da personagem: “sua atenção se concentrava no estilo das casas” (p. 10), “a atenção do engenheiro voltou-se para as placas” (p. 11). Na descrição seguinte, o narrador já não interpõe a perspectiva de Geraldo e parece falar diretamente ao leitor: “Famílias sentadas na frente das casas começavam a obstruir a passagem. As velhas, estiradas em confortáveis cadeiras de balanço, faziam crochê e conversavam em alemão” (p. 12). Nessa passagem o estranhamento de Geraldo é projetado perspectivamente no discurso do narrador sob a forma, quase imperceptível, daquilo que James Wood vai chamar de “estilo indireto livre”:

A chamada onisciência é quase impossível. Na mesma hora em que alguém conta uma história sobre um personagem, a narrativa parece querer se concentrar em volta daquele personagem, parece querer se fundir com ele, assumir seu modo de pensar e

de falar. A onisciência de um romancista logo se torna algo como compartilhar segredos; isso se chama *estilo indireto livre*, expressão que possui diversos apelidos entre os romancistas – “terceira pessoa íntima” ou “entrar no personagem”. (WOOD, 2008, p. 21).

O estilo indireto livre aos poucos vai se tornando mais visível confundindo as duas perspectivas, a interna – da personagem e a externa do narrador:

Onde estaria? Percorreu novamente os pontos que sua retina acabara de visualizar. Na praça, ranchos loiros de moças passavam aos pares; no quiosque, ao redor das mesas, sob os plátanos, rapazes cobertos de bonés universitários bebiam descansadamente o seu chope. Pareciam sentir-se ali tão à vontade como se estivessem num bar de Heidelberg ou de Munique. (MOOG, 1966, p. 15)

O embaralhamento das fronteiras entre o narrador e o personagem aparece de modo panorâmico onde a praça aparece a um só golpe aos olhos de Geraldo: neste momento a exterioridade germânica, ao lado da exterioridade do narrador e do sujeito histórico, parecem escapar dos parênteses que separam o interior do exterior ou, para usarmos uma metáfora presente no romance retrazendo as fronteiras entre o germanismo e a brasilidade. Por outro lado, o sentimento igualmente represado do personagem ameaça romper-se. Com efeito, Geraldo vai até a cidade para construir uma represa, trabalho este que pode ser considerado como uma metáfora, pois o que o engenheiro passa a compreender é justamente isso, uma espécie de represa interna, que interrompe qualquer sentimento que o una a sua terra natal uma vez estando em um novo lugar: “Tinha a impressão de que (...) em sua vida se dera uma brusca parada, cujo remate era aquele súbito despertar. Parecia-lhe que tinha cruzado os oceanos e estava longe da pátria”. Nesse instante o narrador também toma partido ao tentar explicar o que exatamente o personagem principal sentia. Geraldo encontra-se em um lugar onde se podem enxergar placas e letreiros escritos em alemão, onde as pessoas nas ruas cumprimentam-se em outro idioma, onde os negros são mais simpáticos aos costumes alemães que brasileiros, ironia retratada pelo autor, principalmente pelo fato de que a data em questão refere-se à Abolição da Escravatura:

No jardim duas negras conversavam em alemão. O violonista acha graça. Quer saber o que dizem. – É a nossa cozinheira, informa Lore, sorridente – a Flora, que está dizendo à outra não ter gostado da festa de 13 de Maio, porque lá só havia famílias brasileiras e que por isso não teve com quem conversar (MOOG, 1966, p. 44)

Algumas observações a respeito do trecho acima: É, no mínimo, curiosa a passagem das duas negras conversando em alemão no jardim. Uma cena praticamente impossível de se imaginar à época dos acontecimentos: duas negras falando o idioma alemão e recusando-se a

conversar com pessoas que falassem português. Não há exatamente como saber se as negras julgavam não ter com quem conversar porque não conseguiria se comunicar com pessoas que falavam o português ou o que poderia ser ainda mais irônico: se recusarem a falar com pessoas que não falassem a língua alemã. A ironia mais latente nesse instante estaria no fato de que, em pleno período de guerras, negros, assim como judeus e ciganos, eram considerados inferiores pelos alemães, algo completamente sem importância, pelo visto, para as duas negras que conversavam no jardim. Outro ponto interessante é que, o fato das negras conversarem tranquilamente no jardim enquanto os donos da casa transitam, dá a entender que o autor talvez quisesse mostrar de que se tratava de uma situação do cotidiano, corriqueira e, portanto, trivial na cidade de Blumental.

Além de se tratar de situação inusitada, a paródia mostra as posições equidistantes do narrador (que não acredita neste acontecimento, por isso parodia) e das personagens que tomam o acontecimento como um fato corriqueiro. O que deve ser observado, portanto, é a posição do narrador (sujeito da enunciação) e os personagens (sujeitos do enunciado). Nesse sentido, é oportuno retornar a um pensamento de Bhabha que trata das questões das diferenças lingüísticas:

A diferença lingüística que embasa qualquer performance cultural é dramatizada no relato semiótico comum da disjunção entre o sujeito de uma proposição (enoncé) e o sujeito da enunciação, que não é representado no enunciado, mas que é o reconhecimento de sua incrustação e interpelação discursiva, sua posicionalidade cultural, sua referência a um tempo presente e a um espaço específico. O pacto da interpretação nunca é simplesmente um ato de comunicação entre o Eu e o Você designados no enunciado. A produção de sentido requer que esses dois lugares sejam mobilizados na passagem por um Terceiro Espaço, que representa tanto as condições gerais da linguagem quanto a implicação específica do enunciado em uma estratégia performativa e institucional da qual ela não pode, em si, ter consciência. O que essa relação inconsciente introduz é uma ambivalência no ato da interpretação. O Eu pronominal da proposição não pode ser levado a interpelar - em suas próprias palavras - O sujeito da enunciação, pois isto não é personalizável, e sim continua sendo uma relação espacial no interior dos esquemas e estratégias do discurso. O sentido do enunciado não é, literalmente, nem um nem o outro. Essa ambivalência é enfatizada quando percebemos que não há como o conteúdo da proposição revelar a estrutura de sua posicionalidade, não há como deduzir esse contexto mimeticamente do conteúdo (BHABHA, 2005, p. 66)

Torna-se importante, por fim, ressaltar que o diálogo entre as duas mulheres negras é uma cena que quebra a sequência narrativa, tornando-se um recorte nesse instante do romance, que leva a outra análise: de que o narrador, uma vez abrindo parênteses sobre os acontecimentos, acaba por fazer um julgamento apressado sobre a cultura do outro, algo bastante explorado por Bhabha a respeito dos conceitos pedagógico/perfomático e diversidade/diferença. O narrador assume, neste caso, a forma do discurso pedagógico, uma

vez que singulariza o outro, encerrando nos personagens conceitos precisos e definidos, sob à luz da diversidade cultural. Onde o diverso em questão é a cultura alemã, tida como exótica ao ponto de até mesmo os negros tomarem para si a língua alemã, abdicando da língua portuguesa.

Por outro lado, a posição do narrador no romance pode ser entendida como uma espécie de representação do próprio processo de diferenciação. É o que Bhabha chama de intervenção do Terceiro Espaço da Enunciação, que

(...) torna a estrutura de significação e referência um processo ambivalente, destrói esse espelho da representação em que o conhecimento cultural é em geral revelado como um código integrado, aberto, em expansão. Tal intervenção vai desafiar de forma bem adequada nossa noção de identidade histórica da cultura como força homogeneizante, unificadora, autenticada pelo Passado originário mantido vivo na tradição nacional do Povo (BHABHA, 2005. P. 67)

É no espaço do hibridismo, entre a enunciação e o enunciado, ou seja, no Terceiro Espaço, que se encontram as diferenças e redefinições. É o que “Dasenbrock chamou de ‘hermenêutica da diferença’, que permite entender textos diferentes de nós e entendê-los por serem diferentes de nós” (DASENBROCK apud SACRAMENTO, 2010, p. 126). Geraldo está rodeado por famílias abastadas na cidade que tocam negócios no comércio e nos curtumes, como os Kreutzer e os Wolff. Presencia a cultura instalada na região como os *kerbs*, festividades presentes na obra, importantes para se analisar os processos de integração entre brasileiros e alemães à época:

Nos antigos costumes dos imigrantes e descendentes, o Kerb era realizado realmente com base na data da inauguração da igreja local. Esta comemoração iniciava no domingo e encerrava na terça-feira, durando 3 dias. As famílias enfeitavam as casas e utilizavam roupas festivas. Nestes dias ocorriam bailes locais e visitas às casas. Com muita hospitalidade, a comunidade e familiares eram recebidos nos lares com fartura de alimentos e bebidas (SIMÕES, 2013, p. 1)

Como já foi dito, o romance conta a história de um amor que nasce em meio ao sentimento de preconceito de raça, de Geraldo por Lore - que pertence à rica e influente família dos Wolff, cuja mãe, *Frau* Marta, nutre preconceitos contra rapazes brasileiros: “Conhecia suficiente a mãe, os seus escrúpulos, os seus preconceitos relativamente aos rapazes brasileiros” (MOOG, 1966, p. 80).

A mãe de Lore possui um orgulho imenso por ser alemã, pela sua raça e quem não fosse alemão, não teria a aprovação de *Frau* Marta, algo que acontece com Geraldo. Outros membros da família também nutrem o mesmo sentimento de preconceito, como Karl, irmão

de Lore. No diálogo abaixo entre *Frau* Marta e o médico amigo da família, Dr. Stahl, um alemão naturalizado brasileiro, ficam evidenciadas essas questões de preconceito:

- Mas na Alemanha não há negros – contraponteu Frau Marta. O doutor vai querer nos convencer que um negro é igual a um branco?
- E por que não? Se vocês pensam que a inferioridade deles vem da raça, estão enganados. Vem da escravidão, do regime em que viviam.
- O doutor conhece algum negro que preste?
- Uma infinidade. Os Estados Unidos estão cheios deles. Grandes escritores, grandes músicos, grandes cantores. (MOOG, 1966, p. 103)

A questão do nacional-socialismo, como aponta Vogt, estão também presentes no romance de Moog (2007, p. 251). A necessidade de uma nacionalização dos alemães está evidenciada no romance. Em um *kerb* vizinho a Blumental, o diálogo entre dois personagens secundários enfatiza essa questão e ratifica a ideia de que ser alemão é condição básica para ser visto como traidor da pátria:

- No dia em que a colônia se nacionalizar por completo, eles não poderão mais vender os seus jornais e fazer propaganda política, por conta da Alemanha –olveu Hans Fischer.
- A Volksstimme de Porto Alegre é contra o nacional-socialismo – informa o outro.
- Por isso mesmo está lutando com maiores dificuldades. Tiraram-lhe todos os anúncios por ordem do Reich. O dono de uma confeitaria abriu falência e acabou se suicidando, porque os nazistas impediam a entrada de gente da colônia alemã em sua casa.
- Isso foi mesmo desaforo.
- Para eles –olveu Hans Fischer – todos os que têm sobrenome alemão, embora brilhem na medicina, na engenharia, no comércio, na indústria, passam a ser considerados maus elementos, renegados, traidores, desde o momento em que se integram ao Brasil. (MOOG, 1966, p. 121)

O ponto maior de ironia presente no romance, talvez esteja no fato de *Frau* Marta descobrir, no decorrer dos acontecimentos, que a família Wolff também possuía sangue judeu e de que a ideia de raça e superioridade que a matriarca da família alimentava, na verdade inexistia, ao ouvir tal declaração de seu primo Otto, recém-chegado da Alemanha: “Depois que descobriram que nós temos sangue judeu, não duvido de mais nada” (MOOG, 1966, p. 184).

A respeito da guerra, Otto nutre certo desgosto em relação ao nazismo e em alguns momentos contra-argumenta as declarações de *Frau* Marta sobre a raça ariana e sua superioridade, concepções das quais o rapaz já não tem mais tanta certeza. Algo que se deve levar em consideração é o fato das impressões que alemães e seus descendentes residentes no Brasil possuem a respeito de uma Alemanha inexistente, que apenas existe em suas memórias.

Talvez pelo tempo e distância geográfica que separam os alemães residentes no Brasil de sua terra natal, talvez pelas atuais notícias da guerra que muitas vezes demoravam em chegar ao Brasil e que mostravam um país diferente da pujante, vitoriosa e invencível Alemanha imaginada por seus descendentes.

Para Vogt (2007, p. 251), Moog faz uma crítica ponderada a respeito da dificuldade de integração entre alemães e brasileiros, retratando com fidedignidade o sentimento da população à época. Afirma que o autor não é um antigermânico mas, sobretudo, um patriota brasileiro. O “perigo alemão” não teria sido elencado pelo autor na obra, algo que no entendimento deste trabalho, pode ser contestado em várias passagens do romance que mostram, de maneira sutil, o preconceito racial exacerbado e que serão analisadas mais adiante.

Moog realmente poderia não ser um antigermânico, mas ao evidenciar a delicada relação entre brasileiros e alemães, provoca alguns questionamentos: ao mostrar o preconceito de alemães contra brasileiros, o romance também não mostraria que é somente o alemão quem precisa rever suas opiniões, e de que a dificuldade de integração existiria somente por causa do preconceito do alemão em relação a todos em volta e nunca o oposto? E de que, sob o pretexto de uma ideia de nacionalização, retratada no romance, quem deveria mudar seriam somente os colonos e jamais os brasileiros? Para buscar compreender melhor esses processos, torna-se importante destacar os principais elementos presentes em *Um Rio Imita o Reno* que confirmam essas impressões.

3.4 O ROMANCE

Geraldo Tôrres, engenheiro, fruto do casamento entre um nordestino e uma índia amazonense, chega a Blumental para solucionar problemas de saneamento na região. Ao chegar ao hotel para se instalar, Geraldo já tem evidenciadas as suas informações pessoais por parte do autor, inclusive a respeito de sua nacionalidade: “Nome – Geraldo Tôrres. Nacionalidade – brasileiro. Lugar de Nascimento – Amazonas” (MOOG, 1966, p. 03).

A seguir, são apresentadas as suas características físicas, como o bronzeado da pele, cabelos negros bem como a origem, de antepassados índios. A obra de saneamento deveria durar, inicialmente cinco meses na cidade, lugar onde as casas possuíam uma arquitetura bastante peculiar, em estilo germânico. Os letreiros espalhados pelas ruas eram escritos em alemão. Ao caminhar pela cidade, Geraldo observa expressões estrangeiras escritas nas

fachadas. Ao longo da rua, vários comércios de ferragens, armazéns e armarinhos aparecem com nomes estrangeiros e Geraldo é informado pelo secretário da prefeitura, responsável por dar as boas-vindas ao engenheiro na cidade, sobre a riqueza da família Kreutzer, um dos nomes mais recorrentes observados na rua por Geraldo. A única fortuna que poderia ser comparada a dos Kreutzer era a dos Wolff. Esse é o primeiro contato do personagem com esta família, cujas relações se desenrolarão ao longo da história.

Durante um passeio pela cidade, Geraldo, acompanhado do promotor e do secretário, passa a conhecer a história da família Kreutzer. O secretário e o promotor possuem alguns pontos de divergência em relação à abastada família na região, como por exemplo, o modo como se instalaram e de como se desenvolveram na cidade. Para o promotor, a família desenvolveu a tal ponto que até possui uma casa bancária na cidade: “É onde os colonos guardam as economias” (MOOG, 1966, p. 10). Mas diante de tais afirmações, o secretário acaba sempre por interromper, fazendo sempre alguma ressalva em relação aos Kreutzer: “Mas já o secretário intervinha para fazer restrições” (MOOG, 1966, p. 10). Nota-se neste momento inicial do romance que a presença desses dois personagens – o secretário e o promotor – é pontual pois apresentam a Geraldo distintas visões a respeito das tradicionais famílias da região. Importante ressaltar, no entanto, não apenas o posicionamento do personagem principal em relação a esse episódio: “Geraldo novamente deixara de prestar atenção ao secretário e ao promotor” (MOOG, 1966, p. 12). O secretário afirma que os Kreutzer são germanófilos (pessoas que possuem afeição ou amizade por alemães e pela Alemanha): “só davam emprêgo a alemão, só protegiam os teutos. Tinha um sobrinho que trabalhava com êles havia dez anos e não conseguia subir. E, no entanto, mal chegava um ‘alemãozinho borra-botas’, logo lhe davam emprêgo e aumento pelo Natal” (MOOG, 1966, p. 10). E acrescenta que quem não fala alemão encontra certas dificuldades, mas adianta a Geraldo que isso é apenas uma questão de tempo para se acostumar.

Nas andanças pela cidade, Geraldo ouve o som de um piano que vinha de uma casa majestosa: era Lore, a filha de *Frau* Marta tocando melodias que faziam Geraldo sentir saudade de sua terra. Neste instante surge o conflito de Geraldo em relação a sua permanência na cidade, sua ideia de pertencimento e as dificuldades que encontraria ao se adaptar em Blumental:

Geraldo sentiu um leve mal-estar... [...] subiu aos saltos a escada e entrou o quarto [...]. Parecia-lhe que tinha cruzado os oceanos e estava longe da pátria. Em vão procurava dentro de si mesmo reminiscências onde ajustar aquela paisagem. Percorreu mentalmente as cidades que conhecia. Tôdas elas guardavam entre si um ar de família [...]. Mas o que tinha diante dos olhos era diferente. Onde estaria? [...]

Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno [...]. Geraldo teve vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil (MOOG, 1966, p. 14-15)

Geraldo faz uma nova amizade na cidade. Era Armando Seixas, que conheceu no hotel e com quem possuía extrema camaradagem. Armando era fiscal de consumo em Blumental e, por conta da função, era o terror do comércio e da indústria na cidade.

Armando será uma das pessoas que tentarão convencer Geraldo, ao longo do romance, a repensar o modo como enxerga a cidade e as pessoas, algo que até ocorre nas primeiras semanas, quando Geraldo passa se sentir mais conformado de estar ali e até mesmo mais satisfeito, trabalhando com certo entusiasmo. Nesse momento as impressões do narrador se confundem com a vontade de Armando, mostrando uma primeira impressão que Geraldo possuía a respeito da cidade e que, com a ajuda de Armando, ia sendo desfeita: “Em sua companhia, aos poucos, Geraldo ia desfazendo a primeira impressão que tivera da cidade. Começava a aceitar Blumental com boa vontade” (MOOG, 1966, p. 17). Em relação a Armando, torna-se importante relatar o como o mesmo é retratado pelo narrador: “Armando era bem o representante dessa nova raça, misto de celta, de espanhol e de bandeirante, que repontara no sul do Brasil. Sim, êle tinha todos os traços essenciais desse povo talhado para a coragem e para a aventura” (MOOG, 1966, p. 148). Essa narrativa, logo após as impressões de Geraldo em relação ao amigo, mostra como o narrador se confunde com os pensamentos do personagem principal. É uma pausa nos acontecimentos para explicar, de modo bastante evidente, o perfil de Armando, uma pessoa que representa determinada mistura de raças, junções que o capacitariam a fazer parte de um povo voltado para a coragem e para a aventura. O narrador continua, de maneira independente, a relatar outros aspectos a respeito do personagem Armando, sempre com impressões pessoais:

“O quarto lembrava a tenda, o acampamento do nômade que está sempre pronto a partir (...) era uma raça talhada para dominar e vencer. Armando nascera para a grande ação, sem o saber... (...). No fundo do próprio Armando, sem que ele disso tivesse consciência, dormia um caudilho em perspectiva (...). A luta subterrânea entre o major e o fiscal não era outra coisa, senão a luta pelo máximo poder.” (MOOG, 1966, p. 148)

O trecho acima evidencia claramente a interferência do narrador na construção do perfil do personagem, e de como as relações entre ele e os demais são estabelecidas. Armando é um caudilho, um boêmio, cioso como ninguém de sua autoridade, segundo o próprio narrador, que não economiza nos adjetivos para descrever o personagem nas páginas seguintes. Durante essa descrição, a figura do personagem principal, Geraldo, fica em

segundo plano. Em Armando havia algo mais: “Possuía o mistério da personalidade, esse estranho mistério a que os outros, os cultores, os eruditos, os sensatos, se submetem sem protestar” (MOOG, 1966, p. 149). Ao realizar tais descrições de Armando com juízo de valor, a figura de Geraldo, nesse instante, praticamente desaparece. Por fim, o narrador aparece entre os dois personagens, pautado por suas próprias impressões: “Como ele, Geraldo, gostaria de viver assim, ao jeito de Armando, sem pavores da vida” (MOOG, 1966, p. 149).

Em outro trecho, ao passear por um bairro de operários, Geraldo nota que há certa mistura de raças nas famílias: teutos e alemães casados com brasileiras e alemãs casadas com mestiços e morenos. De qualquer modo, o personagem enxerga o local com diferença, quando imagina que em casas bonitas só devem morar pessoas loiras e nas casas feias, pessoas morenas:

Onde houvesse um chalé com jardimzinho na frente, cortinas nas janelas, uma aparência agradável de asseio, lá devia morar uma dona de casa loira; nas casas descuidadas, de pintura desmaiada, com portões a cair, a dona devia ser morena. Quase sempre acertava. Um dia, porém, um dos chalés que mais lhe tinham chamado a atenção ofereceu-lhe uma surpresa: um bando de negrinhos metidos em camisas de brancura imaculada e apinhados na janela (MOOG, 1966, p. 18)

Algumas observações: a primeira delas é perguntar se Geraldo acreditava que no bairro operário quem não fosse de pele clara não teria melhores condições de moradia ou se o personagem carrega em si também uma carga de preconceito, quando pensa que casas apenas maltratadas, ainda que pobres, sejam de pessoas morenas. A pobreza seria condição *sine qua non* para descuido? Somente casas de pessoas pobres teriam portões caindo? Outra questão a ser levada em conta nesse trecho é a aparição das crianças negras que, com roupas brancas e imaculadas aparecem na janela. Essa é uma visão do senso comum (racista) segundo a qual não são todos os negros que são descuidados, alguns não são. Ou seja, a exceção é a prova de que os negros são descuidados. O personagem Geraldo, neste caso, absorve o discurso do senso comum sem se dar conta, reforçando o preconceito. O que deve ser observado, neste caso, é o posicionamento do narrador, que relata os discursos preconceituosos entre os trabalhadores como algo corriqueiro: “(...) expressões que, à força de repetidas, haviam perdido entre aquela gente todo o poder agressivo” (MOOG, 1966, p. 17). E sinaliza também dizendo que somente nas casas construídas pelos Wolff & Filhos não havia distinções pois eram “habitações rigorosamente padronizadas” (MOOG, 1966, p. 18).

O branco e o negro são usados de maneiras distintas para sentidos distintos. O negro, de forma degenerativa e diminutiva; o branco, imaculado, como elemento de redenção para aqueles “negrinhos”. Porém conceitos pré-concebidos não são uma exclusividade apenas de

Geraldo. Em determinada ocasião, ao almoçar com seu amigo Armando, Geraldo ouve o dono do estabelecimento afirmar que a irmã não atende no balcão porque brasileiro é muito safado e Armando acrescenta: “Êles lá se entendem entre si, mas não querem conversa com brasileiro” (MOOG, 1966, p. 19).

Um episódio envolvendo estabelecimentos e que mostra mais claramente a distinção entre alemães e brasileiros é a impressão que o narrador transmite a respeito das ideias do secretário do prefeito em relação aos bares e restaurantes na cidade: “Nossa gente não tem jeito para esse negócio. Para restaurante e bar só mesmo alemão. Vejam só que limpeza, que ordem” (MOOG, 1966, p. 63). Podem-se observar, mais uma vez, os elementos utilizados para distinguir alemães de brasileiros, a ideia de organização e limpeza, coisas que seriam apenas alusivas ao povo alemão. Mais adiante, em uma conversa com o prefeito e demais pessoas acerca de guerra e política, Karl Wolff, irmão de Lore silencia-se e começa a pensar. Esse tipo de reflexão dos personagens é um artifício recorrente encontrado pelo narrador da obra para mostrar suas impressões:

[...] a guerra do Paraguai, que o Brasil não teria vencido, se não fosse a ajuda dos colonos alemães; o 13 de Maio, que proclamou a libertação da negrada, uma gente que podia, afinal de contas, continuar escrava e não precisava andar por aí a faltar com o respeito aos arianos (MOOG, 1966, p. 65)

O elemento germânico, como sinal de vitória, de organização e sucesso, é mais uma vez a chave para diferenciar os alemães dos restantes, dos brasileiros que não teriam vencido a guerra sem a ajuda deles ou da “negrada” que, volta e meia, afronta a dignidade ariana. O mesmo Karl, por intermédio do elemento narrativo, julga que a riqueza do sul do país é produto exclusivo do trabalho alemão e reproduz na mente palavras que certa vez ouviu: “O que é o sul do Brasil deve-se ao trabalho alemão. Se fizermos a abstração dos alemães, restará apenas uma mísera carcaça” (MOOG, 1966, p. 66).

A ideia de que o sul carregava nas costas o resto do Brasil era a ideia que Karl possuía. Quem pagaria diretamente seriam efetivamente os estados do Sul. No entanto, Armando, em determinado momento, quer saber de Karl quais eram os estados brasileiros que mais compravam os produtos de sua família. Karl responde que Pernambuco, Ceará, Sergipe, Alagoas e Paraíba eram os maiores compradores. O fiscal então conclui que quem abastece de dinheiro os estados do Sul é o Norte. As discussões a respeito das prosperidades das regiões seguem adiante, com uma afirmação do promotor, que responde às opiniões de Geraldo, quando este defende a região Norte:

A prosperidade do sul vem da raça. Somos um povo mais forte e decidido. [...] Aqui só dá disso: essa alemoada forte que você está vendo. – E batia amigavelmente no ombro de Karl, que procurava fugir à intimidade – Desta gente não sai Antônio Conselheiro, nem Padre Cícero (MOOG, 1966, p. 68).

Fatigado, Geraldo não responde. Talvez porque saiba que encontrará dificuldades para se encontrar com Lore, algo que o narrador evidencia quando levanta a questão por intermédio da fala de *Frau* Marta. A mãe da moça quer saber quem é o engenheiro com o qual ela dançou em determinada festa, e adianta à filha de que não aprova o namoro. Lore pergunta sobre os motivos e *Frau* Marta é enfática, pois acredita que dos brasileiros não se poderia esperar nada de bom: “Não suporto a ideia de ver-te casada com um homem de raça inferior. Era só o que faltava” (MOOG, 1966, p. 88). Geraldo é exótico porque vem de um lugar distante, desconhecido, ignorado e inferiorizado pela família de Lore.

Como descrito no romance, *Frau* Marta não possuía sangue nobre, mas “tinha orgulho de sua raça, de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã” (MOOG, 1966, p. 88). Para *Frau* Marta, aceitar a presença de Geraldo seria o mesmo que manchar essa reputação, essa linhagem, essa sequência ininterrupta de austeridade moral e étnica.

Ver sua filha casada com um negro, como ela mesma julgava, era algo inadmissível, um verdadeiro sinal de ameaça. Quem não possuísse as características germânicas, era automaticamente excluído: “(...) quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro” (MOOG, 1966, p. 88-89). Anterior a essa opinião de *Frau* Marta, o narrador afirma, por meio de uma pausa que se transforma em reflexão, que nas veias da mãe de Lore “não corria sangue nobre, mas que possuía orgulho de sua raça” (MOOG, 1966, p. 88). Esse trecho demonstra uma clara tentativa da narração de querer desqualificar as intenções da personagem, ao mostrar que não existe raça pura e que, portanto, era incoerente querer cobrar de Lore que se casasse com um alemão ou filho de alemão.

Questões religiosas também são abordadas no contexto da obra. *Frau* Marta pensa: “Protestante casar com católico ainda tolerava. Mas uma alemã com um negro?... era demais. Uma afronta ao espírito da raça” (MOOG, 1966, 89).

Novamente outro momento de reflexão que surge para dismantelar as ideias dos personagens da mãe e irmão de Lore: *Frau* Marta não entregaria sua filha para um aventureiro, para um deles, para aquele engenheiro bronzado que ninguém sabia de onde vinha. Karl ratifica a ideia da mãe e diz à Lore: “Já se viu para o que deu, minha irmã?... Querer casar com um índio selvagem. Vais ficar viúva ligeiro. Na primeira gripe que bater,

êle morre. Deixa chegar o inverno. Raça fraca...” (MOOG, 1966, p. 91). Pelo prisma narrativo, *Frau* Marta ampliava seus preconceitos a todos que não fossem alemães. Em certa conversa com o Dr. Stahl, ela diz: “Deviam também proibir esses médicos judeus de clinicar. Um horror! Estão invadindo tudo. Vai ver que o doutor também está de acôrdo com a entrada de médicos judeus?” (MOOG, 1966, p. 102).

O momento mais contundente e que demonstra claramente a intenção pretendida pelo narrador encontra-se no trecho em que *Frau* Marta e Dr. Stahl travam uma batalha ideológica que segue por algumas páginas. Nesse instante, toda e qualquer ideia que provenha da fala de *Frau* Marta será veementemente combatida pelo doutor, que refuta qualquer ideia que sugira preconceito. Dr. Stahl acha um absurdo falar de uma raça pura na Alemanha, devido à inexistência de um povo puro, *folk*:

Ora, falar de uma raça pura na Alemanha e na Itália! A Itália, um ninho de úmbrios, vênets, árabes, norte-africanos, judeus, turco, tudo. A Alemanha, o ponto de passagem de tôdas as invasões bárbaras do Oriente para o Ocidente, o cadinho de cruzamento dos bretões, germanos, de chineses, tártaros, mongóis. Vocês já viram o retrato de Keyserling? Mongol puro. Aliás, os nossos melhores pensadores e artistas, os Bach, os Händel, os Nietzsche, tinham sangue de eslavo ou de judeu nas veias. (MOOG, 1966, p. 103)

Frau Marta não se dá por vencida e afirma que na Alemanha não há negros e que não havia a possibilidade de o Dr. Stahl querer convencer a todos de que um negro é igual a um branco. Dr. Stahl, no entanto, questiona por quais motivos não seriam iguais. A inferioridade dos negros não viria da raça, mas sim da escravidão e do regime em que viviam. Um ponto a ser discutido e que faz do romance uma obra bastante atual é a fala do Dr. Stahl a respeito das questões relacionadas às violências sofridas pelas mulheres e ao aborto, ainda que essa palavra não seja citada no romance. A fala do médico também se torna em alguns momentos questionáveis, sob o ponto de vista do diálogo tratado com *Frau* Marta. Em alguns instantes os pensamentos de ambos personagens parecem convergir para uma mesma ideia, a do preconceito, mas o ponto destoante está na fala de Dr. Stahl, que reconhece ter sido educado com idéias preconceituosas. Mesmo apresentando alguns pontos questionáveis a respeito do preconceito, as palavras de Dr. Stahl tem a exclusiva intenção de se tornar um contraponto às falas de *Frau* Marta. Na sequência do diálogo acima, *Frau* Marta recorda de acontecimentos na Alemanha em que mulheres brancas foram possuídas por pretos e, arrepiada, recordava dos costumes do porto de Hamburgo onde seu esposo tinha visto marinheiros do Brasil, de braço dado com alemães. *Frau* Marta quer saber do Dr. Stahl se ele acredita que filhos concebidos em tais condições deveriam ser eliminados:

- Se forem moralmente híbridos a mãe tem o direito de matá-los (Dr Stahl.).
- Qual a diferença? (Frau Marta)
- O híbrido é o resultado das uniões sem amor, das uniões de baixa sensualidade. (Dr. Stahl)
- Como é que o doutor explica que os mestiços sejam fracos, tarados, revoltosos, inadaptáveis, criminosos? – perguntou Karl.
- Porque não são filhos do amor. Do senhor que possui a escrava com repugnância e a despreza; da escrava que se abandona com medo do azorrague, não pode sair nada de bom. [...] De um momento de verdadeiro amor, seguido de uma gravidez sem sobressaltos, não saem híbridos. Que gente pode resultar de um preto que possui uma branca à força; de um branco que preia uma índia no mato, arrastando-a consigo como escrava? (Dr. Stahl) (MOOG, 1966, p. 104)

Frau Marta pergunta ao médico se ele se casaria com uma preta e de modo surpreendente ele responde que não, pois não gostava de pretos, porém adverte em seguida que foi educado já com preconceitos raciais. *Frau* Marta insiste em dizer que essa aversão ao negro é algo inato dos brancos, algo que Dr. Stahl discorda, pois há pouco acabara de ver uma criança branca da casa brincar com outros mulatinhos. Lore percebeu que essa discussão não teria fim. *Frau* Marta adverte que nessa questão de raça, o Dr. está sozinho. “Ficarei só, contra todo o mundo” (MOOG, 1966, p. 105).

A questão do nazismo aparece pela primeira vez no romance quando Geraldo observa um pelotão atravessando a praça, marchando de modo bastante peculiar, cantando e prestando homenagens a Hitler. Nesse instante surge a metáfora dos pardais para explicar a ideia que Geraldo possui a respeito desses jovens e seus propósitos. Os pardais que, ao grasnarem, só querem atordoar e tomar conta dos ninhos de outros pássaros e cujo lema era: abaixo os diferentes. De que quando os pardais chegam e todos os outros passarinhos precisam deixar os seus lugares, pois os pardais gostam de publicidade, de praça. Gritam para serem ouvidos. Com essa explicação, o narrador procura associar o pelotão a uma ideia jocosa, até mesmo irônica, com o intuito de demonstrar que suas ações estão fora de contexto. Essa ideia se confirma quando a voz do narrador relembra, por meio das reflexões de Geraldo, de uma história a respeito de um pássaro da selva amazônica, o uirapuru, que quando cantava, “todos os ruídos da floresta cessavam. Os animais de presa, a onça, a suçuarana [...]. Faz-se silêncio para receber o canto do uirapuru, um pássaro feio, encolhido, sem plumagem [...]. Que pretenderão os pardais? Que destino terão dentro da natureza?” (MOOG, 1966, p. 25).

Geraldo olha para o lado e observa um busto na praça, cheio de excrementos de pardais e conclui “talvez o destino dos pardais seja fazer porcarias nas estátuas” (MOOG, 1966, p. 25).

Armando lembra que quando chegou a Blumental, a cidade era uma verdadeira Alemanha. Mais adiante, sentados em um quiosque, Geraldo presencia a chegada dos ulanos,

soldados da cavalaria que se armavam com lanças e que indicavam a chegada da quermesse em benefício do Hospital Alemão na cidade.

Por ocasião de um concerto na cidade, Geraldo acompanha o violonista Raul Machado até à casa de Lore querendo que a moça toque na apresentação, uma vez que a irmã do violonista, que sempre o acompanha nos concertos, não pode estar presente. Em sua primeira visita à casa do Wolff, Geraldo observa Lore com mais atenção. Ao andar pelos cômodos da casa o violinista afirma que Lore está bem acompanhada ao notar alguns livros de Goethe e Napoleão. Lore afirma que nem sabe como esses livros ainda estavam por ali já que sua mãe havia descoberto que o autor dos livros era judeu. Encantado e entusiasmado com Lore, Geraldo nada ouvia. Carregado de felicidade, pensava: “Uma felicidade de bugre enamorado de deusa branca” (MOOG, 1966. P. 45).

Outro ponto de ironia retratado por aquele que relata os acontecimentos no romance é o momento em que Geraldo, ao visitar a Sociedade de Ginástica, encontra uma biblioteca cheia de volumes de Goethe, Schiller, Schlegel e outros:

(...) desde o *Mein Kampf*, de Adolf Hitler ao *Das dritte Reich*, de Moeller van den Bruck; desde o *Staat, Bewegung, Volk*, de Hans F. K. Günther ao *Praktische Kulturarbeit im dritten Reich*, de Hans S. Ziegler. Já desistiu de encontrar Heine entre êles” (MOOG, 1966, p. 47).

Algumas considerações a respeito das obras acima citadas: todas estão relacionadas a temas voltados ao nazismo ou às políticas alemãs, com exceção de um escritor: o judeu e poeta Heine. Geraldo finalmente encontra, na última prateleira, um livro em português: “*POR QUE ME UFANO DO MEU PAÍS*”, do conde monarquista Afonso Celso, que exaltava as belezas e riquezas do Brasil nos tempos do Império.

Outros elementos a respeito dos produtos culturais tratados na obra, como a questão musical, por exemplo, Geraldo afirma que a cultura alemã, mais precisamente os artistas germânicos, eram enigmáticos, com um “espírito germânico brumal, impenetrável e misterioso para o homem de outras raças” (MOOG, 1966, p. 54). O que a França possuía em termos de clareza em relação à arte, os alemães tinham em incerteza: “Por isso mesmo que os artistas franceses não perdiam de vista o público, podiam universalizar-se, me conquistar mais depressa, em proveito da latinidade” (MOOG, 1966, p. 54).

Mais adiante Armando, ao caminhar pela rua com Geraldo, reclama que várias pessoas corriam para o cinema para assistir determinada atriz em vez de irem a um concerto, que estava às moscas, criticava as pessoas que estavam na fila do cinema. Geraldo tenta advertí-lo, pedindo para que o amigo fale mais baixo, mas Armando responde: “Falar baixo?”

Mas onde é que estamos? Na Alemanha? Somos estrangeiros aqui? Isto é Brasil e muito bom Brasil” (MOOG, 1966, p. 58). A fala de Armando é bastante contundente para exteriorizar o sentimento de orgulho nacional proposto pelo narrador, que utiliza de Armando para gritar e bater no peito, dizendo que é brasileiro. As ideias separatistas pairam sobre o romance e reforçam a ideia de preconceito: “O que temos a fazer é separar o Rio Grande – afirma o promotor [...]. O Norte é o pêso morto do Brasil: só dá seca, impaludismo e febre amarela” (MOOG, 1966, p. 64). Dias depois, em determinada partida de tênis entre Karl e Geraldo, Lore imagina como seria viver bons momentos ao lado de Geraldo na cidade de Tôrres:

Sentia saudade de Tôrres. Ali Geraldo estaria no seu cenário natural. Não seria como aqueles homens barrigudos, aquelas mulheres hipopotâmicas que eram como borões na paisagem [...] Lore demorava-se na contemplação de Tôrres. Era uma paisagem querida ao seu coração (MOOG, 1966, p. 83)

Um fato que chama a atenção nessa passagem é a cidade. Tôrres é um lugar agradável para Lore, que para ela traz momentos queridos ao seu coração. Mas Tôrres também é o sobrenome de Geraldo o que dá, possivelmente, pelo menos a possibilidade de se supor que o autor fez uso de uma metáfora, associando o sobrenome de Geraldo ao agradável local querido por Lore.

Geraldo é um personagem contraditório cujas emoções são embaladas de acordo com os acontecimentos na cidade. Em um primeiro momento jamais gostaria de estar ali, até que se apaixona. Mesmo sentindo saudade de sua terra tenta, inebriado de amor, compreender toda uma cultura nova que lhe é apresentada. Mas por saber que terá de deixar a cidade (suspeitando de que essa sua partida tenha sido planejada pela família de Lore, para afastá-lo da moça), tomado de ódio, descarrega uma raiva até então guardada que percebe nutrir por essa “raça”. Para Geraldo, foi o prefeito e *Herr Wolff* que preparam a sua partida, conseguindo com isso, afastá-lo também de Lore.

3.5 O PAPEL DO NARRADOR

A respeito do papel do narrador na obra, torna-se importante analisar de que forma os personagens são constantemente retratados, não apenas pelo prisma de seus próprios enunciados, mas também pelo olhar enviesado desse narrador, como já foi visto em exemplos anteriores. De qualquer modo, foram selecionadas falas e reflexões dos demais personagens, ainda não tratados para ratificar essas intenções pretendidas por aquele que relata a história.

Serão analisadas, a seguir, as falas de Lore, *Frau* Marta, Karl, Dr. Stahl, Ruben Tauben (Fogareiro) e Cordeiro.

Lore é uma garota que estudou dois anos na Alemanha e que agora se encontra dividida entre o amor de Geraldo e as interferências de *Frau* Marta que, segundo o narrador, apesar das rudezas, ama sua filha, pois “era o jeito dela” (MOOG, 1966, p. 81). Geraldo pensa em Lore na maior parte do tempo, “um bugre enamorado de uma deusa branca”, como afirma o narrador.

Frau Marta é descrita como uma mulher rude e cheia de convicções a respeito de raças consideradas inferiores. Em boa parte do tempo o narrador pretende deixar claro que a personagem acredita que sua raça é superior às demais. Como já visto, mesmo não tendo sangue nobre, tinha orgulho de descender de alemães. Em um diálogo a respeito dos pares com os quais sua filha dançou em um baile na noite anterior, *Frau* Marta, em suas reflexões, faz questão, por meio do narrador, de mostrar as suas opiniões a respeito de Geraldo, de sua raça e de exemplos de pessoas que não descendiam de alemães. Em uma dessas passagens, o narrador evidencia suas opiniões quando deixa claro, por meio de *Frau* Marta, a sua insatisfação com a chegada de Geraldo na cidade para realizar o trabalho na cidade: “Mandar um homem daqueles construir a hidráulica! Boa coisa sairia dali! (...) Se ainda se tratasse dum engenheiro italiano...” (MOOG, 1966, p. 90). O narrador enfatiza o descontentamento que *Frau* Marta possui com Geraldo, um preto que foi levado ao clube para jogar uma partida de tênis: “Até no tênis os pretos estão entrando?” (MOOG, 1966, p. 91).

Se existe um personagem escolhido pelo narrador para demonstrar todo um contraste social e uma queda-de-braço entre as raças na região, essa personagem é *Frau* Marta e, se existem dois momentos importantes e polarizados que mostram a sua maneira de tratar do mesmo tema, isso se dá nas conversas com o Dr. Stahl e com Lore; com esta *Frau* Marta descarrega toda a sua agressividade, coagindo a moça de todas as maneiras, usando de sua condição superior para impor as suas opiniões; com aquele, se sente ameaçada, uma vez que o Dr. possui argumentos tão convincentes que chegam a representar uma ameaça a *Frau* Marta. Se existe uma tentativa de mostrar toda a fúria e preconceito do povo alemão em relação às demais raças, isso se dá nos diálogos e discussões que *Frau* Marta trava com Lore algumas vezes apoiadas pelas intervenções de Karl ou pela omissão de seu esposo, *Herr* Wolff. E se há uma intenção de mostrar o quanto esse pensamento alemão é errado, isso ocorre quando *Frau* Marta se vê obrigada a contra-argumentar todas as ideias “descabidas” do Dr. Stahl. A incapacidade de Lore, unida à força do Dr. Stahl dão um tom específico ao romance, que é o de mostrar que o preconceito provém por parte do alemão e não das demais raças. “Desde que

leram o Velho Testamento ficaram malucos. Andam sempre à procura de um Moisés e com essa mania de superioridade de raça” (MOOG, 1966, p. 102). Ao ver que os diálogos com o Dr. Stahl não avançam por serem divergentes e, ao mesmo tempo, ver seus argumentos sendo desfeitos um a um pelo doutor, *Frau* Marta, como uma forma de punição e de demonstração de superioridade, proíbe que Lore vá à festa no *kerb*, onde se encontraria com Geraldo. *Frau* Marta arremata: “Eu, se pudesse, mandava enforcar todos os judeus. – Era necessário provocar o doutor, antes que ele tomasse a defesa de Lore” (MOOG, 1966, p. 106).

Karl, irmão de Lore, segundo o narrador se parece muito com *Frau* Marta, além de possuir “olhos azuis, aguados, cabelos de palha de milho” (MOOG, 1966, p. 61). Pouco se interessa pela política nacional, uma vez que seus olhos estão voltados para a Alemanha. Aliás, são deles as ideias de que o sul do país se desenvolveu por conta do trabalho alemão, como já foi visto e que, de acordo com o narrador, achava que Geraldo era um comunista por conta de suas ideias a respeito das economias entre o sul e o norte do país. Em dado momento, a respeito da história dos Muckers⁴ na região, Karl adverte que a história foi mal contada uma vez que o livro havia sido escrito por um padre, o que tornava a história, no mínimo, suspeita. Nesse momento há uma pausa no diálogo e o narrador se confunde com as ideias de Karl, ao tentar discorrer sobre as ideias relacionadas aos Muckers:

Os Muckers não haviam sido o que se dizia. No princípio fora uma simples luta entre colonos em torno da interpretação da Bíblia e de questões de terra. Jacobina queria reparar certas injustiças. (...) Bem se podia ver que os colonos alemães por si mesmos não seriam capazes de barbaridades (MOOG, 1966, p. 69).

Durante uma partida de tênis em que Karl perde para Geraldo, Lore se lembra das batalhas travadas entre índios e holandeses. Por conhecerem melhor o terreno e resistirem ao calor, os índios acabaram vencendo. Uma clara analogia que o narrador faz para comparar a força da origem amazônica de Geraldo frente ao seu irmão, de pele branca. “Uma vitória da imaginação sobre o método” (MOOG, 1966, p. 82).

Ruben Tauben, também conhecido como fogareiro, é retratado pelo narrador como uma figura simpática na cidade, que gosta de jogos e que serve de contraponto às conversas entre Geraldo e Armando geralmente ocorridas em alguns bares, praças e restaurantes da cidade. Em certo momento, o narrador faz uma pausa nos diálogos entre os amigos para dizer o que Fogareiro sente e qual sua personalidade: “Ruben Tauben (...). Está contente de poder viajar (...). Porque isso de atender fregueses no balcão não era com êle” (MOOG, 1966, p. 28-

⁴ Os Muckers foram um grupo de imigrantes alemães envolvidos em um movimento messiânico liderados por Jacobina Maurer. Acreditava-se que Jacobina era a própria encarnação de Cristo.

29). Em dado momento, durante a conversa entre o Fogareiro, Geraldo e Armando, surgem, dos fundos da Prefeitura, cinco homens que Ruben Tauben chama de “bombachudos”⁵ do major, uma referência aos soldados da Brigada, apresentados de forma irônica pelo narrador, que os apresenta como pessoas que possuem o cabelo “levantado atrás do quepe em forma de prateleira” (MOOG, 1966, p. 30).

O personagem Cordeiro, aparece pela primeira vez no romance com uma pessoa próxima à família Kreutzer na cidade, uma curiosa amizade uma vez que possui raiva de alemães. Descrito como um moreno claro, Fogareiro afirma que ele tem raiva de alemão, algo que pôde ser constatado durante a guerra; já Armando afirma que se trata de um bom velho. Nesse instante o narrador dá início a algumas afirmações que não podem ser creditadas com certeza ao personagem de Armando. É relatado que, quando Cordeiro chegou a Blumental como notário, a cidade era uma verdadeira Alemanha. “Só se falava alemão, os próprios editais da Prefeitura eram escritos em alemão” (MOOG, 1966, p. 31-32). A imagem de Cordeiro reaparece, de modo mais contundente, no desenrolar do romance, quando sua fala servirá de contraponto a um discurso proferido na praça pelo promotor da cidade que, por interesses políticos, enaltece a figura germânica na região. Nesse momento Fogareiro alerta que haveria algo na fala do velho Cordeiro, uma vez que ele nunca havia falado na vida. No silêncio da praça, Cordeiro pede a palavra para pedir urgentemente a necessidade de uma campanha de nacionalização da colônia alemã no Rio Grande do Sul:

Era preciso acabar de vez com os incensos a outra raça que não a brasileira. Do contrário, jamais se chegaria a dar início ao combate aos que viviam dentro do Brasil, a celebrar em vez da sua, a pátria dos seus antepassados. E os tempos estavam mais do que maduros para a organização de uma cruzada em prol da unidade nacional (MOOG, 1966, p. 134)

É possível notar que o narrador utiliza o personagem de Cordeiro para resumir de maneira bem clara qual é a ideia proposta em praticamente toda a obra. Ao surgir em um momento de clímax no romance, a imagem de Cordeiro, como uma metáfora, vem para “expiar os pecados” daqueles que não corroboram com a política de nacionalização apregoada por Getúlio Vargas e bastante tratada em *Um Rio Imita o Reno*. Não menos importante, confirma as ideias a respeito das questões de unidade nacional, já tratadas nesse trabalho.

O discurso de Cordeiro evidencia claramente as ideias propostas no romance:

⁵ Bombachudos estão relacionados às pessoas que possuem força e valentia; gaúcho bombachudo, lutador. Referente à bombacha, calça típica do gaúcho do campo, muito larga, porém estreita nos tornozelos, onde se abotoa.

Saibamos dizer aos descendentes de raça germânica (...) que fazem das lendas do Reno o motivo exclusivo de seus devaneios; aos de origem italiana, polonesa ou lusa, que só estremeçam de civismo com as epopéias de seus antepassados (...), saibamos dizer (...) a quem o Brasil tem dado agasalho, que é preciso de uma vez por todas, varrer essa errônea concepção de pátria, para se firmar para sempre no Brasil a unidade nacional, pela identidade de tradições, pela unidade de língua, de cultura e de educação, coisas todas do mundo moral, asseguradoras da paz dentro da nação. (MOOG, 1966, p. 135)

Esse trecho percorrido pelo narrador vem para ratificar as ideias de Santos, já tratadas, e que abordam a questão do Estado na reafirmação de suas políticas, com o intuito de minimizar possíveis tensões existentes dentro do território.

O Estado exerce controle para que essas tensões não extrapolem a unidade pretendida. Também reafirma os pensamentos de Hall quando se entende que a cultura nacional tem exatamente esse papel: o de construir uma identidade que possa amenizar tensões existentes.

4 CONCLUSÃO

O personagem principal de *Um Rio Imita o Reno* traduz ao mesmo tempo fidelidade e imprecisões. É fiel ao momento em que o país vivia no final dos anos 30, uma política nacionalista que arrastava multidões em prol de uma unificação a qualquer custo; imprecisa porque trata do tema do preconceito racial sob um ponto de vista bastante questionável. Levado pelo sentimento de uma unidade nacional, o narrador coloca os personagens em xeque para confirmar a sua ideia de unificação, colocando a figura dos alemães e seus descendentes na maioria das vezes como parte de um problema em vez de solução.

Por meio de personagens inflamados por sentimentos nacionalistas, como Cordeiro, por exemplo, fica bastante evidente qual é a exata pretensão do romance, que mais do que uma aparente e desejada paz entre os povos, sugere uma política pacificadora, porém nacional, onde os “outros” é quem devem se adequar a essa visão. Mais do que sob um pretexto de uma convivência pacífica, fica claro no romance que não se pode ser estrangeiro dentro de sua própria terra, pois “num só peito não cabem duas pátrias. O Brasil é bastante grande e glorioso para reclamar só para si o amor de todos os seus filhos... legítimos ou adotivos” (MOOG, 1966, p. 135). Nesse instante surgem algumas perguntas: quem é que pode, verdadeiramente, ser legitimado como brasileiro? Isso confirmaria as ideias de Hall, que afirma que identidades são processos que se formam e se transformam na vida dos indivíduos

ao longo dos tempos? Quais são os mecanismos definidores que incluem alguns e excluem outros, que igualam alguns e desigualam outros, como afirma Santos? Quais são os interesses políticos, sociais e econômicos por detrás de uma campanha de nacionalização, como a praticada por Getúlio Vargas?

Geraldo não acredita em superioridade de raça, mas não deixa de defender as questões de sua terra natal, não por achá-la superior, mas porque acredita que uma raça não deve ser superior à outra. Mesmo assim possui ímpetos irracionais que o fazem odiar os alemães em alguns momentos, chegando a compará-los com o apuizeiro⁶ de sua terra, que “chega modesto, sorrateiro, quase invisível; encosta-se à grande árvore, suga-lhe a seiva, cresce, multiplica-se. Depois, passados alguns anos, dificilmente se encontrará sinais da árvore que o nutriu com o seu sangue” (MOOG, 1966, p. 166).

O fato da mãe de Lore descobrir que não possui uma raça pura é a chave que Moog encontra em seu romance para mostrar que diferenças não devem existir, de que todos podem viver pacificamente, desde que abarcados por sentimentos livres de preconceitos, algo que só poderá ocorrer se as diferenças forem minimizadas.

Atualmente o mundo passa por iguais transformações. A falência econômica de algumas nações abriu precedentes para que países voltassem a questionar a sua soberania dentro de um espaço mundial bastante pluralizado. Voltam a questionar também quem deve ou não fazer parte desses novos movimentos, quem é merecedor ou não de fazer parte dessa nova concepção política e econômica. Nesse processo a questão da segregação e do preconceito ganha as páginas dos jornais de modo bastante forte. A intolerância não apenas racial, mas política, social, religiosa e de gênero, por exemplo, são temas recorrentes na atualidade. O livro de Moog, escrito no final dos anos 1939, longe de tratar de um tema desconhecido à época, convida novamente às mesmas reflexões mais de 70 anos depois.

Importante observar e não esquecer de que as ideias e falas dos personagens estão sempre pautadas pelas impressões do narrador, que exerce um papel preponderante, cuja intenção é a de sempre colocar em pauta as questões relacionadas ao preconceito racial e, posteriormente, tornar indignas quaisquer opiniões dos personagens que reforcem ideias discriminatórias. Fica evidente a direção pretendida pelo narrador que, ao se utilizar das impressões dos personagens, rejeita pensamentos segregacionistas, preconceituosos, separatistas. Porém, dá alternativas para que essas tensões sejam minimizadas quando propõe, por meio das figuras apresentadas no romance, de que a convivência dar-se-á apenas se as

⁶ Apuizeiro é uma árvore da floresta amazônica que envolve o tronco das árvores e que, com o passar do tempo acaba por matar a árvore que o nutriu

opiniões favoráveis a uma pacificação nacional prevaleçam entre as pessoas.

Ao tentar circunscrever os personagens a determinadas reflexões, o narrador adentra na ideia de Bhabha a respeito do seu discurso pedagógico. Seus pensamentos ao longo do romance, contudo, deixam uma lacuna a ser preenchida quando retrata um drama vivido até mesmo nos dias atuais, o preconceito. Deixa uma abertura estreita de onde é possível se enxergar os processos de formação da identidade brasileira, como um desenvolvimento gradativo das questões relacionadas à igualdade e diferença que se encontra em transformação.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRECZEWSKI CHAVES, PAULA. **Exército e Campanha de Nacionalização do Estado Novo**. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 2003. Disponível em:

http://www.historia.ufpr.br/monografias/2002/paula_andreczewski_chaves.pdf. Acesso em 16 dez. 2012.

AZEVEDO, Paulo Sérgio de Souza de. **Pela Pátria!: a campanha de nacionalização repercutida nas páginas do jornal Correio de São Leopoldo durante a Segunda Guerra Mundial**. Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37070/000819594.pdf?sequence=1>

Acesso: 10 dez. 2012

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BIAZETTO, Eugenio. **Dossiê: Relatórios 1944**, no 835, top. 101. Folha 17. Pastas da DOPS. Arquivo Público do Paraná.

BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, setembro, 2006

BRASIL. Decreto-Lei nº 383, de 18 de Abril de 1938, Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14 dez. 2012

CAMPOS, José Ronaldo Dias. **Apuizeiro social**. [Blog]. Disponível em <http://joseronaldodiascampos.blogspot.com.br/2012/07/apuizeiro-social.html>. Acesso em 17 jun. 2013

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999b.

CARVALHO, Jose Murilo. Cidadania no Brasil – o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 9-10.

CHAVES, Paula Andreczewski. **O Exército e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo**. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2002/paula_andreczewski_chaves.pdf. Acesso em 17 jun. 2012.

ETERNO RETORNO. **O que é pós-modernismo, modernidade tardia ou era do vazio.** [Blog]. Disponível em: <http://www.eternoretorno.com/2008/09/21/o-que-e-pos-modernismo-modernidade-tardia-ou-era-do-vazio/>. Acesso em 20 dez. 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil/Boris Fausto.** – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação de Desenvolvimento da Educação, 1995. – (Didática, 1).

GERTZ, René Ernaini. **Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e “neonazismo” no Brasil.** Porto Alegre, 2009. Disponível em <http://www.renegertz.com/component/attachments/download/30>. Acesso em 10 out. 2012.

_____. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

_____. **A construção de uma nova cidadania.** In: MAUCH C.,

VASCONCELLOS, N. (orgs.) **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história.** Canoas: Ed. da Ulbra, 1994, p. 30.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: EdiUPF, 2006

GILROY, P. The end of anti-racism. In Donald. J. e Rattansi, A.(orgs.) **"Race", Culture and Difference.** Londres: Sage, 1992.

GIRON, Loraine Slomp. **As Sombras do littorio: o Fascismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Parlenda, 1994

GOMES, Ângela Maria de Castro. **O Brasil republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964)/por Ângela Maria de Castro Gomes...** [et al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guarareira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora,. 2006

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio.** São Paulo: Ática: 2007.

LIMA, Solange de. **"Perigo Alemão" a comunidade teuta e a Dops em Curitiba.** Revista Vernáculo, n 23 e 24, 2009. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/solange_lima.pdf. Acesso em 10 out. 2012

LUFT, Lya. **A Cultura alemã me influenciou muito.** DW-WORLD [Blog]. Disponível em <http://www.dw.de/lya-luft-a-cultura-alem%C3%A3-me-influenciou-muito/a-1437528>. Acesso em 17 jun 2013.

MAESTRI, Mário. **A inesperada reabilitação de Getúlio Vargas.** Revista Espaço Acadêmico, Nº 62 jul. 2006. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/062/62res_maestri.htm. Acesso em 10 nov. 2012.

MAILER, Valéria Contrucci de Oliveira. **O alemão em Blumenau: uma questão de identidade e cidadania.** Universidade Federal de Santa Catarina. Repositório de Conteúdo Digital. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85489/192379.pdf?sequence=1> Acesso em 10 jun. 2012.

MEDEIROS, Márcia Maria de. História: Debates e Tendências – v 8 n. 2. jul/dez. 2008. p. 388-397, publ. No 2º sem. 2009. Disponível em:

http://www.ppgh.upf.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11

Acesso em 10 dez. 2012.

MELLO, Angelica Maria Ruiz. **Efeitos subjetivos da Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas sobre os descendentes imigrantes alemães na região de Santa Cruz do Sul/SC.** Disponível em:

<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0620.pdf>. Acesso em 10 nov. 2012.

MERKEL diz que tentativa de criar sociedade multicultural na Alemanha "fracassou". **BBC BRASIL** [SITE] Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/10/101016_merkel_fracasso_mdb.shtml Acesso em 08 set. 2012.

MOOG, Clodomir Vianna. **Um Rio Imita o Reno.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

PENKALA, Ana Paula. **O Sujeito no Interior do Enunciado e as Narrações do Mundo: problematizando as narrativas jornalísticas e imagéticas.** Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v.2, n 17, p. 1-16, julho/dezembro 2007. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/download/3462/4135>. Acesso em 10 jun 2013.

PETRY, Leopoldo. **Novo Hamburgo: o florescente município do Vale do Rio dos Sinos** Novo Hamburgo: Editora Rotermund/FENAC, 1963. 3ª Edição.

PIZA, Daniel. **Por que não me ufano.** O Estado de São Paulo, 08 ago. 2010. Política/Economia. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/daniel-piza/por-que-nao-me-ufano/>. Acesso em 04 out. 2012.

SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. **A Alteridade em Nga Muturi de Alfredo Troni: a “outridade” na prosa moderna em Angola.** Ipotesi, Juiz de Fora, v. 14, n 2, p. 123-131, jul/dez 2010. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/04/10-Alteridade-em-Nga-Muturi-de-Alfredo-Troni.pdf>. Acesso em 11 jun. 2013.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938,** que estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. In: Coleção de decretos, leis de 1938. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 269 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Oficina do CES n.º 135. Janeiro de 1999

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo.** Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

_____ A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide. **Etnia e educação: a escola alemã do Brasil e estudos congêneres.** Florianópolis: Editora Unisul, 2003.

SIMÕES, Denis Gerson. **Die Kerb**. Portal 25 [SITE]. Centro Cultural 25 de Julho. Disponível em: <http://www.portal25.com/index.php?a=12&h=deutsch/fest/fes006&l=1>. Acesso em 10 dez. 2012

TERRA, Chico. **Por que me ufano do meu país**. Disponível em:

<http://chicoterra.com/2011/08/11/por-que-me-ufano-do-meu-pais> Acesso em 10 set. 2012.

THOMÉ, Nilson, **A Nacionalização no Contestado, Centro-Oeste de Santa Catarina, na Primeira Metade do Século XX**. Revista Linhas, Vol. 8, No 1 (2007). Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1353/>. Acesso em 05 dez. 2012.

VARGAS, Getúlio Dorneles. **No limiar de uma nova era**. Biblioteca Virtual da Presidência da República. Discurso de Getúlio, 1940. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/21.pdf/download>. Acesso em 10 dez. 2012.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Hanna Arendt: **totalitarismo e filosofia**. Revista Kalagatos, Vol. 9 N° 18 – Verão de 2012. Disponível em:

http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V9N18_Ver_2012_Artigo_Jose_Vicente.pdf.

Acesso em 18 jul. 2013.

VOGT, Olgário Paulo: **O Alemanismo e o “Perigo Alemão” na Literatura Brasileira da Primeira Metade do Século XX**. Revista Signo, 2007, vol 32, n° 53. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/viewFile/240/190>. Acesso em 08 out. 2012.

_____ **REPRESSÃO X MEDO: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS**, 2001, p. 2 e 3. Disponível em:

<http://online.unisc.br/dadoseleitorais/documentos/repressao.pdf>. Acesso em 08 out. 2012.

WERLE, Bibiana. **Memória da Campanha da Nacionalização no Vale do Taquari**. XI Encontro de História Oral Memória, Democracia e Justiça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340395352_ARQUIVO_BibianaWerle.pdf. Acesso em 10 dez. 2012.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.